

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10

ALESSANDRA LOPES DE SANTANA
ANA PAULA MORAES ALVES
CREMILDES DE AFONSECA E SILVA
CRISTIANE DA COSTA CARRITILHA

AVALIAÇÃO: TECENDO UM CAMINHAR MEDIADOR

Brasília, outubro de 05.

ALESSANDRA LOPES DE SANTANA
ANA PAULA MORAES ALVES
CREMILDES DE AFONSECA E SILVA
CRISTIANE DA COSTA CARRITILHA

AVALIAÇÃO: TECENDO UM CAMINHAR MEDIADOR

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília - UniCEUB como parte das exigências para conclusão do Curso de Pedagogia – Formação de professores para as Series Iniciais do Ensino Fundamental – Projeto Professor Nota 10.

Orientadora: Maria do Carmo Diniz

Brasília, 2005.

DEDICATÓRIA

Aos nossos familiares, pais, maridos, namorados e filhos, pela paciência e compreensão pelos momentos de trabalho e estudo que propiciaram a nossa formação acadêmica, permitindo a chegada ao final desta etapa.

AGRADECIMENTO

Agradecemos primeiramente a DEUS pelo dom da vida e sua infinita bondade e misericórdia. A nossa orientadora pelo acompanhamento e direcionamento deste trabalho, e aos nossos familiares.

RESUMO

A educação permeia todo acesso de informações que possibilitam o desenvolvimento humano, promovendo a construção do conhecimento desenvolvendo suas capacidades intelectuais, habilidades e competências. Neste contexto, a avaliação está centrada na aprendizagem do aluno, diagnosticando o que ele aprende e a qualidade de seu aprendizado. Segundo Haydt (1998): “(...) a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, e o professor a aperfeiçoar sua prática pedagógica”. O presente trabalho tem como objetivo compreender a função e as formas da avaliação utilizadas pelo educador, no âmbito pedagógico, como instrumento de conhecimento das necessidades educacionais do aluno, auxiliando-os na construção dos seus saberes. A pesquisa desenvolvida teve uma abordagem qualitativa numa Escola da Rede Pública de Ensino Fundamental do Distrito Federal. Segundo André (2003): “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Os sujeitos da pesquisa foram: o diretor, o professor regente e os alunos. Os instrumentos aplicados foram: a análise documental, a observação participante e a entrevista semi-estruturada. Os resultados foram referenciados através de três categorias: a aprendizagem significativa, a mediação e a avaliação. Na aprendizagem significativa, evidenciou-se positivamente que a escola contemplou o desenvolvimento do indivíduo; e um ponto negativo são os exercícios mecanizados com repetição de exemplos. Diante da mediação, conferiu-se que o docente facilitou a construção e a aquisição dos conhecimentos através da intervenção pedagógica; mas como ponto negativo, a professora não gosta de interrupções quando está explicando e na turma há muita indisciplina. A avaliação foi norteada através de estratégias que permeiam o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do sujeito; um ponto negativo que ficou evidenciado foi que em alguns momentos em que a professora utilizava a avaliação para apenas medir o conhecimento. O trabalho docente dentro da escola é um trabalho participativo, mesmo sendo realizado em um grupo heterogêneo de professores, a postura adotada visa superar as visões fragmentadas de avaliação. Concluímos a partir dos resultados que a professora ainda utiliza a avaliação somativa, mas também tem outras estratégias de avaliar facilitando a construção do conhecimento do aluno. A mediação acontece em sala de aula apesar da indisciplina de alguns alunos interferindo no processo de aprendizagem significativa. A aprendizagem significativa acontece de forma fragmentada, desvalorizando o contexto em que o aluno está inserido mecanizando o ensino e o processo de construção do conhecimento. O fundamental é que professora e alunos juntos, reflitam sobre os erros transformando-os em uma situação de aprendizagem. Segundo Zabala (1998): “o aluno necessita de incentivos e estímulos”. Portanto, cabe a escola criar o espaço propício para construção dos saberes e formação do cidadão, facilitando dessa forma a superação dos obstáculos, além da ruptura de paradigmas requerendo uma nova postura do educando, diante do processo de ensino aprendizagem, que favoreça a mediação promovendo ao educando condições de nova visão da avaliação, subsidiando a tomada de decisões do trabalho docente, desencadeando uma atitude reflexiva sobre teoria e prática.

Palavras chave: aprendizagem significativa, mediação, avaliação.

SUMARIO

Introdução	07
Referencial teórico	10
Historia da educação no Brasil	10
Aspectos legais	14
Educação e cultura	16
Escola – um espaço inovador	18
Currículo - um caminhar pedagógico	21
Tendências pedagógicas – avaliação na historia dos tempos	24
Formação do professor num contexto avaliativo	29
Aprendizagem significativa – um caminho para construção do conhecimento	34
Mediação numa relação afetiva de aprendizagem	40
Avaliação	43
Metodologia	48
Análise e discussão dos dados	50
Resultados	63
Considerações finais	67
Referencial bibliográfico	72
Apêndices	75
Anexos	87

INTRODUÇÃO

A educação é a prática mais humana, sendo a mesma ampla e profunda, deixando sua influência na existência dos homens. Desde os primórdios a educação é prática fundamental da espécie, diferenciando assim os homens dos demais seres vivos.

A educação é vivenciada e concebida através de concepções pedagógicas que buscam viabilizar a construção do conhecimento pelos próprios alunos. O professor então faz uso da avaliação para conhecer seus alunos, suas facilidades e dificuldades de aprendizagem. Segundo Zabala (1998, p. 195):

“A avaliação é considerada como instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos”.

Crê-se que o papel da avaliação vai além de qualificar e verificar, ele serve também para apontar dificuldades e como norteador para um replanejamento didático. Sendo assim, propôs-se para esta pesquisa o tema *Avaliação: tecendo um caminhar mediador*.

O problema a ser pesquisado está inserido no contexto, de que nos últimos anos têm surgido muitos questionamentos a respeito do sistema de avaliação. Porém, ainda, não foi superada essa prática, tão criticada no processo de ensino-aprendizagem. Diante desse fato, surge a necessidade de refletir a cerca dessa questão. Como mediar uma avaliação que assegure a construção do conhecimento. Segundo Zabala (1998, p. 201):

“E para melhorar a qualidade de ensino é preciso conhecer e poder avaliar a intervenção pedagógica dos professores, de forma que a ação avaliadora observe simultaneamente os processos individuais e os grupais. Referimo-nos tanto aos processos de aprendizagem como aos de ensino”.

Justifica-se essa pesquisa, visto que a avaliação da aprendizagem escolar tornou-se um fato preocupante no exercício do trabalho docente. Isso porque, avaliar é uma tarefa cuja importância é comparável à complexidade, no sentido da construção do conhecimento. Ante esse fato, surgiu a preocupação da efetivação desta pesquisa, visando buscar uma compreensão de forma mais abrangente do processo de avaliação evidenciado em uma escola pública do Distrito Federal. De acordo com Haydn (1998, p. 286) “*O termo avaliar tem sido*

constantemente associado às expressões como: prova, fazer exame, atribuir nota ou passar de ano”.

A avaliação, no contexto escolar, tem sido algo desconfortável e desprazerosa para os alunos e, às vezes, incompreensível por parte do professor a cerca de seu significado. Infelizmente, essa concepção sobre como avaliar ainda permanece no meio pedagógico.

Para Haydt (1998, p. 286):

“Dentro dessa visão em que educar é formar e aprender e construir o próprio saber, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Ela não se reduz apenas a atribuir notas”.

A avaliação passa a assumir um papel de verificação das competências e habilidades, buscando melhorar a qualidade educacional existente, trazendo redefinições e novas dimensões para a prática pedagógica.

Quebrar essas barreiras é conseguir uma nova visão para a educação, trazendo uma nova postura que possibilite a criação de um espaço que proporcione mudanças no cenário social, mostrando novos caminhos e atitudes para a construção do conhecimento. Dando respostas mais concretas às necessidades do aluno, na busca de oferecer uma nova postura pedagógica frente aos desafios propostos de forma a superar a prática tradicional por uma prática construtiva e mediadora.

Tornando-se assim de suma importância conhecer as formas de avaliação adotadas pelo educador, pois são fundamentais para a construção do conhecimento, trazendo mudanças e transformações significativas à realidade vivenciada pelo aluno em sala de aula. Segundo Hangen (1960):

“A avaliação proporciona informações fundamentais para o processo de tomada de decisões, melhora o processo de ensino aprendizagem, facilitando o planejamento do ensino, atividades na sala de aula”.

Desta forma, busca-se entender que o processo de avaliação é uma tarefa difícil e desafiadora, pois é tentar compreender a maneira como a avaliação acontece. Os meios que o educador utiliza para avaliar o aluno é uma pesquisa complexa e dinâmica e reporta à construção do conhecimento. Assim sendo, a avaliação está em um âmbito muito maior, influenciando de maneira complexa na formação do aluno, um ser dotado de capacidade e habilidade que no campo escolar devem ser bem trabalhadas para o desenvolvimento intelectual, que refletirá em transformações dentro e fora desse ambiente. Com o

entendimento mais profundo desta sistemática torna-se fundamental refletir sobre a prática docente no âmbito avaliativo. Haydt (1998) diz que:

“A avaliação deve ser um instrumento para estimular o interesse e motivar o aluno a maior esforço e aproveitamento e não uma arma de tortura ou punição. Nesse sentido, a avaliação desempenha uma função estimuladora, à medida que serve de incentivo ao estudo”.

Diante dessas afirmações, pode-se salientar a avaliação da aprendizagem como instrumento de construção do conhecimento do educando, sendo esta de grande valia para a prática pedagógica do educador. Vygotsky (1991, p.19), afirma que:

“O desenvolvimento psicointelectual da criança realiza-se no processo de interação com o ambiente natural e social. Conduzir o desenvolvimento através da educação significa organizar esta interação, dirigir a atividade da criança para o conhecimento da realidade e para o domínio do saber e da cultura da humanidade”.

O objetivo geral da pesquisa é compreender a função e as formas da avaliação utilizadas pelo educador no âmbito pedagógico, como instrumento de conhecimento das necessidades educacionais do aluno, auxiliando-os na construção dos seus saberes.

Os objetivos específicos a serem pesquisados serão:

- Identificar a concepção teórica filosófica da escola e do professor;
- identificar a avaliação utilizada como construção do conhecimento na prática pedagógica cotidiana da relação professor e aluno;
- caracterizar aspectos relevantes evidenciados em sala de aula no processo avaliativo como pontos de replanejamento;
- compreender as formas utilizadas pelo professor para transformar a avaliação em um processo contínuo de construção do conhecimento.

Espera-se que os professores do GDF¹, por meio desta pesquisa, possam obter dados e informações para uma melhora qualitativa dentro da escola. A partir do momento em que os educadores repensarem sua prática pedagógica e se apropriarem de ferramentas necessárias e pertinentes, proporcionarão um fazer pedagógico baseado na troca de experiências e incentivos, usando assim a avaliação continua formativa no constante processo da construção do conhecimento.

¹ GDF (Governo do distrito Federal).

REFERENCIAL TEÓRICO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação é um dos maiores pilares de uma sociedade, seja ela qual for. Educar não é apenas repassar conhecimentos, e sim criar possibilidades necessárias e favoráveis para a construção de um conhecimento verdadeiro e sólido.

A educação brasileira desde os primórdios vem demonstrando crise, de acordo com Teixeira (1999, p. 43): *“Não é difícil encontrar-se um relativo consenso de opinião a respeito da gravidade da situação educacional brasileira”*.

Essa crise se propaga desde o início do descobrimento do Brasil, com o ensino dos jesuítas, voltado apenas para catequização dos índios e a educação da elite branca, demonstrando que a divisão social predomina desde os tempos antigos, onde a melhor educação sempre ocorreu para a elite da sociedade. Ghiraldelli Jr. (2003, p. 07), afirma que: *“Os colégios jesuítas exerceram forte influência sobre a sociedade e a elite”*.

A educação da época era manipulada de acordo com as vontades da igreja, já que a Companhia de Jesus estava a serviço da “fé” e do “Império”. Os jesuítas só se preocupavam em educar a elite branca latifundiária e catequizar os índios, deixando de lado os negros africanos já que a igreja achava que os mesmos não possuíam alma, opinião comum da igreja e da sociedade. Os jesuítas foram expulsos por Marquês de Pombal em 1759 e passou-se a ter o sistema de aulas régias, que de acordo com Filho (2001, p. 28): *“Eram aulas avulsas financiadas através de um imposto colonial chamado subsídio literário; o que não funcionou”*.

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, houve grandes mudanças na área da educação brasileira, criaram-se os cursos superiores, a Escola Clássica pelas idéias do Liberalismo e mais tarde pelo Iluminismo. Houve a criação do Colégio Dom Pedro II em 1837 e a criação da educação primária gratuita pela Constituição de 1824, mas que não funcionou. De acordo com Filho, a instrução pública com gratuidade para ler e escrever ficou esquecida na Constituição de 1824.

Tudo não passava apenas de um discurso político em frente às novas idéias do século XIX. No segundo império, as avaliações ainda eram realizadas através de argüições, exames preparatórios ou parcelados, realizados pelo Colégio Dom Pedro II e a Inspeção de Ensino Público. De acordo com Filho (2001, p. 60):

“Em 1854 foi aprovada a Lei Couto Ferraz, criando a obrigatoriedade do ensino elementar, ratificava a gratuidade, já existente, mas vetava o acesso de escravos ao ensino público e criava classes especiais para adultos, que não tinham concluído os cursos”.

Mas essa lei nunca foi cumprida, pois foi considerada absurda. A organização do ensino sempre foi feita para atender às necessidades da elite, estruturando a educação do Império em três níveis: primário, secundário e superior.

O primário ensinava a ler e a escrever e o secundário servia-se de aulas régias. Quando foi proclamada a República a educação começou a sofrer algumas mudanças. Em 1890, Benjamim Constant rompeu com a tradição humanista e adotou princípios positivistas, implantando o ensino enciclopédico, seriado, obrigatório e gratuito. O Colégio Dom Pedro II passou a se chamar Ginásio Nacional. Em 1901, houve a Reforma Epiácio Pessoa onde o ensino secundário passou para seis anos. Mais tarde, em 1911, a educação retrocedeu com a Lei Orgânica Rivadávia Correa, sendo esta cancelada no ano de 1915 com a Reforma de Carlos Maximiliano, criando assim o vestibular. Em 1925, aconteceu a última reforma antes da Era Vargas que de acordo com Filho (2001, 74):

“A Lei chamada de Rocha Vaz foi reacionária e conservadora, completou o ciclo de educação elitista; não aceitou as idéias da Escola Nova, manteve o controle ideológico sob o Estado, através da Inspeção Escolar e autorizações, cerceando e policiando os afazeres de professores e aluno”.

Dessa forma, a função da escola era de formar sucessores para o governo, sem nenhum vínculo com a realidade. Em 1930, com o apoio dos militares, Getúlio Vargas chega ao poder e tem início o “Estado Novo”. Todos os valores antigos começaram a ruir, entram em cena as idéias marxistas, anarquistas e comunistas. Para Piletti (1997) a educação brasileira como resultante das importantes mudanças passadas, ganharam um perfil de um sistema segundo as normas do Governo Federal.

Nesta época, foram criados o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados. Fora nomeado como ministro da época o Sr. Francisco Campos, criando também o Conselho Nacional de Educação. Em 1932, vinte e seis educadores lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, reivindicando que a educação fosse um instrumento de reconstrução democrática, sendo ela gratuita e para todos sem distinção de cor, sexo ou classe social, sendo ministrada a todos de maneira uniforme se utilizando dos interesses dos alunos

como eixo central, com professores bem preparados através de cursos universitários. Esse pensamento só foi contemplado com a criação da LDB² e com a atual constituição.

Em 1942, o atual ministro da educação Gustavo Capanema modificou os níveis de ensino através das Leis Orgânicas de Capanema. Piletti (1997, 178) afirma que:

“No que diz respeito aos ‘objetivos’, tanto a reforma de Francisco Campos (1931) quanto à de Gustavo Capanema (1942) – ambos os Ministros da Educação – atribuíram ao curso secundário uma dupla finalidade: formação geral e preparação para o ensino superior”.

A educação buscava atender as demandas do momento, ou seja, preparar mão-de-obra qualificada para a industrialização que chegava ao país, e não preparar cidadãos críticos. Mas essa tarefa não foi atingida, pois o sistema profissionalizante sancionado pelo ministro Gustavo Capanema, não atendia as necessidades do mercado de trabalho, já que o ensino público profissionalizante não fornecia em curto prazo mão de obra qualificada. Sobre o Ensino Primário, Filho (2001, p. 89) afirma que:

“O Ensino Primário foi regulamentado pelo Decreto-lei 8.529/46, sendo dividido em primário elementar com 04 anos de estudos e o complementar com mais um ano, destinados às crianças dos 07 aos 12 anos. Determinou as bases para o Ensino Primário Supletivo com dois anos de estudos”.

Como se vê, o ensino da época estava voltado para a necessidade vigente e crescente da sociedade, mas apesar dos esforços tudo não passou de uma tentativa fracassada, já que este sistema de ensino não atendeu as reais necessidades do momento.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases passou pelo Congresso treze anos antes de ser aprovada, Filho diz que a lei 4.024/61 determinou os fins da educação baseada nos princípios de compreensão dos direitos e deveres, da liberdade humana, solidariedade, no desenvolvimento da personalidade humana, na participação do bem comum sem preconceitos.

Esses pilares ainda vigoram na educação atualmente, pois a mesma se estruturou em pré-primário (maternal e jardim), ensino primário (1^a à 4^a), ensino secundário (5^a à 8^a e 2^o grau), e ensino superior, mas a escola continuava privilegiando apenas uma camada da sociedade. Na época da ditadura militar, a escola não podia levar os alunos a pensarem e a buscarem novos rumos na democratização não despertando com isso aspirações e necessidades que não pudessem ser sanadas. Os militares usaram toda sua repressão para enfim, continuar com a centralização do poder e das decisões também na educação.

² LDB (Lei de Diretrizes e Bases)

Os militares dividiram o ensino em 1º e 2º graus e superior através da Lei 5.692/71, juntando as quatro séries do ensino primário com as quatro séries do ensino ginásial. Mas mesmo assim, os mais pobres continuaram à margem da escolarização. Essa busca de profissionalização rápida ficou conhecida como Tecnicismo. Com a volta da escolha de um presidente pelo povo, a educação passou a ser regida pela nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e pela Constituição Brasileira. A Lei nº 9.394 de dezembro de 1996 em seu artigo 2º diz que:

“A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ou seja, é dever do estado e da família oferecer condições para que o educando alcance um nível de desenvolvimento satisfatório para sua formação educacional. Assegurando à criança e ao adolescente o direito a uma educação digna, sendo a mesma prioridade em relação a outros direitos.

Enfim, o educando deve alcançar enquanto pessoa seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, tendo direitos e condições satisfatórias para isso. No artigo 3º inciso I afirma-se que:

“Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O aluno deverá ter garantido os aspectos facilitadores de seu ingresso como permanência na escola, de maneira agradável e satisfatória”.

Hoje há uma grande atuação para se colocar as crianças na escola, mas o ensino ministrado deixa a desejar, pois a estrutura educacional atual é frágil e sem condições de contemplar os aspectos abordados nos documentos que regem a educação brasileira. Neste mesmo artigo no II inciso diz: *“Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”*.

Devem ser oferecidas ao educando oportunidades para aprender livremente, desenvolvendo os aspectos cognitivos de forma prazerosa, onde ele seja conhecedor do seu potencial para buscar novos caminhos de aprendizagem que satisfaçam a aprendizagem, inovando seu pensamento, indo além, buscando complementar o campo intelectual, com novas fontes de pesquisas que devem aumentar o saber, através da mediação e troca de experiências.

ASPECTOS LEGAIS

A educação é a forma mais diversificada para a aquisição de conhecimentos, tendo leis e normas norteadoras que possibilitam um ensino de qualidade e promovem ao educando condições favoráveis para o seu desenvolvimento pleno.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL no Capítulo III Art. 205:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

E, desta maneira, fica evidenciado que é papel do Estado e da família promover e facilitar o acesso à escola, preparo e qualificação para o mercado de trabalho.

No Art. 2º da LDB Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com os PCN's³, não se pode deixar que a desigualdade social e a má distribuição de renda seja um empecilho para a sociedade exigir seus direitos, fazendo prevalecer suas necessidades fundamentais. Sendo papel do Estado fazer cumprir o processo democrático, potencializando todos seus direitos, promovendo o acesso à escola com qualidade para crianças e jovens com instrumentos capazes de prepará-los adequadamente. Diante da realidade brasileira, o Estado tem ainda responsabilidade maior em diminuir as diferenças sociais e ampliar as condições de acesso à escola, favorecendo o desenvolvimento sócio-intelectual de maneira propícia a construção e a formação democrática do cidadão. No Art. 1º da LDB Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A educação torna-se instrumento fundamental no desenvolvimento humano, interferindo diretamente na convivência da família, na escola, na sociedade, nos diversos

³ PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais).

movimentos culturais, promovendo uma interação na maneira de agir, entender e perceber a grande amplitude educacional. A Constituição Brasileira no Art. 208:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”.

O acesso à educação no ensino fundamental torna-se obrigatório, com gratuidade, pois oportuniza a escolaridade e formação adequada ao desenvolvimento educacional para crianças e jovens. A LDB Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

“A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A escolarização terá como pressuposto a formação do aluno, desenvolvendo suas capacidades para exercer seus plenos direitos e aquisição de formação para adquirir seu emprego e continuidade nos estudos, tendo assim a educação básica a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente.

De acordo com os PCN's, a escola deve utilizar-se de mecanismos que possam favorecer e interessar na construção do conhecimento com significado, para que a aprendizagem seja facilitada e o aluno obtenha condições para o exercício de seus direitos e deveres. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental Parecer nº CEB 004/98 de 29 de janeiro de 1998 no Art. 3º III:

“As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pela interação entre os processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado; as diversas experiências da vida dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã”.

A escola deverá valorizar e ampliar todas as relações envolvidas no contexto escolar, pois são partes integrantes da vida do aluno, tendo influência direta no seu desempenho e sendo promotora do relacionamento dentro e fora da escola, uma vez que a mesma recebe diretamente os reflexos da relação escola-família-sociedade.

Na escola o aluno deverá desenvolver a capacidade de aprender e ampliar seus conhecimentos, diversificar e adquirir novas habilidades, aprimorar suas potencialidades na aquisição de valores e atitudes que refletirão no seu desenvolvimento educacional. Levando em consideração sua bagagem familiar e o contexto, no qual está inserido; preparando-se para desempenhar seu papel como cidadão crítico, reflexivo, responsável e consciente na sociedade vigente.

EDUCAÇÃO E CULTURA

A educação é influenciada por forças atuantes em tempos e espaços distintos, estabelecendo diferentes possibilidades de evolução. Promovendo ao homem condições de desenvolver-se intelectualmente através de mecanismos capazes de interferir no meio e modificar suas atitudes. Segundo Libâneo (1994, p. 24): *“Investiga a natureza das finalidades da educação em uma determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social”*.

De acordo com cada sociedade, os mecanismos educacionais são diferenciados para atender às necessidades reais que interferem na formação dos indivíduos, que são preparados para superar obstáculos e barreiras, promovendo com isso uma inserção na sociedade, de forma que tenham condições de enfrentar tudo o que é oferecido.

A educação deve remeter ao estudo a estrutura mais complexa do pensamento, onde vimos a necessidade de potencializar modelos explicativos que superem a extrema divisão do saber. Segundo Zabala (2002, p. 35): *“Da determinação das finalidades educativas, do conhecimento dos processos de aprendizagem e da própria evolução da ciência”*.

A educação evolui segundo o tempo e pré-requisitos estabelecidos, desenvolve o saber e favorece a aquisição do conhecimento de maneira a promover o enriquecimento de novos saberes promotores do desenvolvimento humano.

A educação passa a ser um dever do Estado garantido pela Constituição Brasileira, Capítulo 3, Art. 205: *“A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”*.

Então, fica claro que é direito ter acesso à educação, sendo também dever do estado e da família permitir este acesso, e a mesma deverá ser desenvolvida e motivada com a ajuda da sociedade, para que o indivíduo tenha condições para exercer sua cidadania e adquirir formação para o mercado de trabalho.

Citada a Constituição Brasileira, Capítulo 3, Art. 205: “*é dever do Estado dar acesso a educação, este deve promover condições que sejam favoráveis ao acesso do indivíduo à escola, dando oportunidades iguais para todos*”. E através desta criação de espaço o indivíduo deve desenvolver-se ampliando seus conhecimentos. De acordo com Gadotti (1985, p. 96): “*A participação e a autonomia não se impõem, evidentemente. Elas dependem de um desenvolvimento cultural e político da própria sociedade*”.

A forma que as instituições devem promover a educação é servindo de apoio, dando base para o desenvolvimento da educação, oferecendo e promovendo o intercâmbio sócio-educacional que facilite o entrosamento do indivíduo e da sociedade. O sistema social corresponde, a uma certa forma de intervenção do Estado em áreas específicas da sociedade civil que atingem todas as classes, ainda que de formas diferentes, fazendo da educação parte integrante da dinâmica da relação e da organização social.

A educação ocorre de maneira progressiva, na qual a sociedade participa de forma integrada, sistemática e inovadora, promovendo a interligação no processo. A responsabilidade social da escola é muito grande.

“A educação corresponde, pois toda modalidade de influência e inter-relações que convergem para a formação de traças de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção do mundo, idéias, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas”. (LIBÂNEO 1991, p. 23).

A educação permeia todo o acesso de informação que promove o desenvolvimento humano. Além dos processos de assimilação e construção do pensamento e do conhecimento. A educação desenvolve, ainda, as capacidades intelectuais e processos mentais, valoriza a compreensão do mundo, o traço social embutido na vida de cada indivíduo e sua forma de pensar, agir, e mais a maneira que interage com o mundo ao seu redor.

“O indivíduo é reflexo do meio em que vive, sua postura é mediadora dos conhecimentos já adquiridos e aqueles que serão advindos da educação mais sistematizadora da escola, que define-se a função social do ensino é de formar para compreender a realidade e intervir nela, o que implica ter de ensinar para a complexidade”. (ZABALA, 2002.)

Sendo a educação a forma pela qual, de maneira complexa, o indivíduo adquire conhecimentos que podem intervir na realidade de maneira a promover seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

A educação tende a seguir a cultura atual de sua sociedade, ou seja, a escola é um espaço de luta, e a pedagogia é uma forma política cultural. A educação está ligada às relações sociais e culturais, ampliando dessa forma as capacidades humanas, fortalecendo o poder social e as possibilidades democráticas.

“Tendo isso em vista, destaca-se a importância de sua pedagogia crítica e transformadora com a esfera da cultura popular. A cultura popular representa, não só um terreno de luta mesmo que contraditório, “mas também um importante espaço pedagógico onde são levantadas relevantes questões sobre os elementos que organizam a base da subjetividade e da experiência do aluno”. (GIROUX, 1984).

Educação e a cultura popular coexistem enquanto discursos. Para muitos a pedagogia é definida como o que vem depois da determinação do conteúdo do currículo. Desse modo, a pedagogia é simplesmente a metodologia mensurável usada para transmitir o conteúdo de um curso. Não se torna, portanto, um elemento determinante na construção do conhecimento e da aprendizagem, definindo dessa forma a cultura popular, *“como o que sobra após a subtração da alta cultura da totalidade das práticas culturais. Ela é vista como banal e o insignificante da vida cotidiana, e geralmente é uma forma de gosto popular considerada indigna da legitimação acadêmica ou alto prestígio social”* (Giroux, 1984).

Em suma, o discurso dominante deprecia a pedagogia e a cultura popular, sendo que na verdade, ambas representam importantes terrenos de luta cultural que oferecem relevantes elementos teóricos que possibilitam repensar a escolarização como uma viável e valiosa forma de política cultural.

ESCOLA – UM ESPAÇO INOVADOR

A escola permite que o cidadão tenha condições de exercer a cidadania, ou seja, o exercício pleno dos direitos e deveres numa sociedade democrática. E qual o papel da escola?

O papel da escola é fundamental no desenvolvimento do processo social e no ajustamento do indivíduo, preparando-o para uma ação polivalente de organização, a fim de torná-lo um ser criador e produtivo na sua comunidade.

A escola com sua estrutura e dinâmica específicas, fins e objetivos determinados, deve oferecer experiências positivas de aprendizagem e de ajustamento, no momento em que vivemos num meio que constantemente se transforma. Na escola, o aluno e o professor aprendem a viver em grupo e, ao favorecermos o desenvolvimento pessoal e a mudança nos indivíduos, propiciamos concomitantemente a renovação educacional.

Por outro lado, é interessante considerar que cada criança interiorize a cultura de sua família e do meio social ao qual pertence, cabendo a escola facilitar, corrigir e completar essa interiorização, levando-a a tomar decisões e assumir responsabilidades que a tornem livre, sempre respeitando o direito dos demais. Assim, a escola torna-se democrática. Segundo Araújo (2002, p. 35):

“Essa concepção de que a democracia e a justiça pressupõem a igualdade e a equidade ajuda-nos a compreender como a democracia pode ser concebida no âmbito educacional”.

Dentro da escola está inserida a democracia, o exercício da cidadania, a forma plena de vivenciar direitos e deveres, a convivência, a limitação de espaço e a competência. A escola e o meio ambiente organizados procuram reproduzir as relações educativas da sociedade, organizando-as em corpos unificados de conhecimento de habilidades e atitudes.

Na escola, deve-se reconhecer a diferença nos papéis sociais e nos deveres, e buscar aspectos em que todos os membros da comunidade escolar tenham os mesmos direitos, pois a escola é um dos grupos sociais que por mais tempo se mantém em contato sistematizado com os indivíduos em desenvolvimento, a sua responsabilidade vem favorecer o processo da evolução através da ação integrante de todos, relacionando os aspectos do cotidiano com a finalidade de assegurar a consistência e o equilíbrio pessoal, como resultantes de novas experiências e descobertas de novas capacidades. De acordo com Novais (1970, p. 65):

“No mundo moderno não se pode admitir qualquer dúvida sobre a importância da escola no desenvolvimento da sociedade e no ajustamento dos indivíduos, bem como sobre o papel ativo das instituições que tenham responsabilidade de acelerar e coordenar o processo educativo”.

A escola exerce papel fundamental na formação do indivíduo e da sociedade, assumindo um caráter decisivo de elo, mediando o ajuste entre sujeito e Estado. Portanto, é

relevante pensar e refletir sobre o papel da escola e como o aluno exerce seu potencial de forma crítica e consciente, que o permita adotar uma postura mais próxima da sua realidade.

Segundo Perrenoud (2000, p. 70):

“Este desejo é múltiplo: saber para compreender, para agir de modo eficaz, para passar em um exame, para ser amado ou admirado, para seduzir, para exercer um poder... O desejo de saber não é uniforme. A escola mesmo que defenda absolutamente uma relação desinteressada com o saber, não pode no dia-a-dia, tomar liberdade de desprezar as outras motivações”.

A escola deve estar aberta a todas as manifestações educacionais, que promovam o desenvolvimento do aluno para favorecer a aprendizagem, consolidando a construção do conhecimento, não se desfazendo da cultura e do contexto social, no qual o aluno está inserido, usando em contrapartida a reflexão da importância existente na interação social, proporcionando ao aluno pleno desenvolvimento de suas capacidades, potencialidades, competências e habilidades. De acordo com Gadotti (1985, p. 100):

“Em síntese a escola autônoma não é a escola abandonada à sua própria sorte pelo estado, mas aquela dentro de um estado que se propõe também a valorizar o município e a escola como núcleos autônomos de participação numa política mais ampla. Tal escola tenta se irradiar e expandir em termos também de sua própria proposta democrática”.

A escola deve ser um espaço aberto para a discussão democrática e dinâmica dos efeitos educativos, valorizando o desenvolvimento humano e identificando como a participação política atua sobre a dimensão pedagógica dentro da escola, aprimorando o conhecimento e a compreensão das relações públicas e políticas, fazendo da educação um instrumento de preparação e base para vida pública, social e política. Para Cury (2003, p. 119): *“Essas técnicas contribuem para o projeto escola da vida e podem gerar a educação dos nossos sonhos”*.

A maneira pela qual a escola favorece a aquisição do conhecimento e a aprendizagem, permitindo assim que a educação alcance os objetivos almejados e esperados, desenvolvendo dessa forma as dimensões cognitivas do aluno alcançando assim as metas traçadas como finalidade da escolarização, possibilitando a formação cultural e científica do indivíduo.

CURRÍCULO – UM CAMINHAR PEDAGÓGICO

Tradicionalmente, “currículo” significa matérias que são ensinadas na escola, ou a seriação dos estudos. Nas últimas décadas, tem-se demonstrado uma nova tendência sobre o uso do seu termo num sentido mais abrangente, referindo-se a todo programa da escola. O currículo indica os esforços de adultos da comunidade para dar às crianças uma melhor e mais sadia influência existente na cultura. Segundo Méndez (2002, p. 39): *“A maneira como o sujeito aprende é mais importante que aquilo que aprende, porque facilita a aprendizagem e capacita o sujeito para continuar aprendendo permanentemente”*.

A função do currículo na escola primária é determinada por dois fatores básicos. Por um lado, crianças com variadas capacidades para atuar bem ou mal na vida da comunidade e da nação. Por outro lado, temos os problemas do viver em sociedade. O currículo é um recurso instrumental, no qual estes dois fatores são reunidos; ele consiste em experiências, por meio das quais as crianças alcançam a auto-realização e, ao mesmo tempo, aprendem a contribuir para construção de melhores comunidades e de uma melhor nação no futuro. Segundo Méndez (2002, p. 38):

“... esses instrumentos tão ao uso tradicional não podem refletir nem representar as novas formas que a aprendizagem adquire, nem as relações que são estabelecidas entre os conteúdos de conhecimento, as atividades de ensino, os processos de aprendizagem”.

O currículo escolar é um ambiente especializado de aprendizagem deliberadamente organizado. Representa um local especial que tem sido sistematizado, ordenado e simplificado para um propósito especial.

Compreender o currículo de uma escola nada mais é do que observar cuidadosamente a qualidade das vivências que existem dentro do espaço escolar, incluindo não só o conteúdo a ser aprendido, mas também as relações humanas na sala de aula, os métodos de ensino e os processos de avaliação utilizados. Todos estes são partes tão importantes do currículo, quanto o conteúdo a ser aprendido.

Dirige os interesses e as capacidades das crianças para uma eficiente participação na vida da comunidade e da nação. Segundo Coll (2002, p. 142):

“Os métodos de ensino variam em quantidade e qualidade da ajuda pedagógica que oferecem aos alunos. Os métodos de ensino não são bons ou maus, adequados ou inadequados, em termos absolutos, e sim em função de que a ajuda pedagógica que ofereçam esteja ajustada às necessidades dos alunos. Conseqüentemente, as propostas curriculares não devem prescrever um método de ensino determinado. Melhor, o que devem fazer é proporcionar critérios gerais de ajuste da ajuda pedagógica e exemplificá-los mediante propostas concretas de atividades de ensino-aprendizagem sob determinados pressupostos”.

Planejar e executar um currículo educacional significa realizar uma obra que, como um todo, encerra duas partes principais: planejar que refere-se à teoria e executar que refere-se à prática. Tanto a primeira, quanto a segunda devotam atenção aos meios e aos fins.

Na parte teórica, a preocupação inicial relaciona-se com os fins da educação. Recorrendo a Lei n.º 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encontra-se no Título I, Artigo 1º:

A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fins:

- a) A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana...
- b) o respeito à dignidade e as liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana...
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe, sexo ou raça.

A clareza é a condição essencial ao processo de planejamento do currículo educacional. Fato esse que permite a realização do planejamento passo a passo. Segundo Méndez (2002, p. 38):

“(...) deve contar com novas maneiras de tratar a formação docente, levando em conta não apenas o contexto de trabalho e o conteúdo de ensino, mas também as exigências didáticas distintas que originam da nova conceitualização do currículo”.

A concepção do currículo auxilia os professores na relação princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação, possibilitando aos professores de uma maneira ativa, buscar novas formas de ensino, viabilizando para o aluno uma aprendizagem com significados resultantes do que o sujeito busca, estando estas considerações intimamente interligadas, valorizando os educadores, e estes devendo adotar

uma nova postura que favoreça o desenvolvimento da aprendizagem com real sentido dos conhecimentos prévios dos alunos. Segundo Sacristán, para Grundy (1987, 05):

“O currículo não é conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que se tenha algum tipo de existência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas”.

Considerando-se os aspectos de socialização dos indivíduos, para o currículo ser eficiente é necessário que se valorizem as experiências enraizadas no cotidiano e nas atitudes que envolvam a família e o meio no qual o sujeito está inserido. Realizando uma análise crítica de como a escola pode contemplar para proporcionar o desenvolvimento de tais aspectos. Segundo Sacristán (2000, p. 15):

“O currículo é uma práxis a antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas.”

O auxílio pedagógico deve adotar formas variadas, nas quais o currículo transmita as duas vertentes do fazer pedagógico; primeiro, o aluno é responsável pela aquisição e construção do próprio conhecimento; segundo o aluno tem como finalidade sintonizar o processo de conhecimento com as intenções educacionais.

Contudo, o currículo muitas vezes, tem por finalidade nortear o trabalho docente e sua funcionalidade administrativa, propondo esquemas para organizar e manejar os conteúdos pelos professores. O currículo é parte primordial e central do processo institucionalizado da educação, sendo assim, deixando de ser apenas um suporte técnico, voltando-se hoje para todas as áreas educacionais de maneira ampla e significativa.

Com o passar dos anos o currículo passou a ser visto como um eixo norteador, onde valoriza-se as competências, possibilitando aos educandos o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, com métodos e procedimentos que englobam e apreciam a realidade dos alunos e completam suas experiências cotidianas, no âmbito global do indivíduo. Segundo Silva (2001) para Kliebard (1947, p. 11):

“Duas grandes tendências podem ser observadas nos primeiros estudos e propostas: uma voltada para a elaboração de um currículo que valorizasse os interesses do aluno e outra para a construção científica de um currículo que desenvolve os aspectos da personalidade adulta.”

Ambas as tendências contribuíram para o aprimoramento do currículo escolar, integrando-o à realidade do alunado vigente. Sendo um auxílio para a formação de um sujeito crítico, reflexivo e consciente de seu papel na sociedade, porém, ainda deixa a desejar em alguns aspectos técnicos, enfatizando a estrutura das propostas pedagógicas e as reformas curriculares. Segundo Sacristán (2002, p. 174):

“Cada uma das áreas das quais se compõem o currículo, ainda que o professor se dedique somente a uma delas, representa tradições culturais e pedagógicas amplas, contribuições muito diversas que é preciso valorizar, selecionar seus conteúdos de forma que a estrutura interna dos mesmos fique coberta em certa medida, considerando os alunos que vão aprendê-los, dar-lhes uma determinada orientação para que cumpram com certos objetivos educativos”.

A formação dos professores tem que ser mais específica para abordar de forma adequada o currículo com autonomia e destreza, para ser bem estruturado e desenvolvido com êxito, aprofundando nas competências e habilidades propostas para o desenvolvimento integral do sujeito. Procurando meios pedagógicos eficazes, eliminando métodos arcaicos de se abordar determinados conteúdos para adequar os conteúdos curriculares e os princípios pedagógicos.

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS – AVALIAÇÃO NA HISTÓRIA DOS TEMPOS

Na era primitiva a educação era essencialmente prática, baseada na imitação. A oralidade era limitada ao presente imediato. Segundo Gadotti (2002, p. 23):

“Na comunidade primitiva a educação era confiada a toda a comunidade, em função da vida e para a vida: para aprender a usar o arco, a criança caçava; para aprender a nadar, nadava. A escola era a aldeia”.

A educação primitiva era marcada pela tradição, culto aos velhos e tendências religiosas, onde o conhecimento era transmitido de pais para filhos, isto é, de geração para geração. Assim o homem era constantemente avaliado por Deus e os anciãos de seu clã. Segundo Noll (1965):

“Pode-se dizer que a avaliação surgiu com a criação do mundo. Com base na história bíblica, afirma-se que Deus foi o primeiro avaliador. Pois ao ter criado a Terra, a Lua e as estrelas, olhou para tudo que tinha feito e considerou que estava muito bom”.

No início da história escrita, o homem demonstrou sinais de evolução em alguns sistemas de mensuração, revelando assim, mais aprimoramento na sua forma de avaliar. Destacando os antigos egípcios pela construção das pirâmides que devem ter tido métodos precisos de mensuração. Ainda, lembrando que o livro de Gêneses afirma que “Noé construiu a arca de trezentos cúbitos de comprimento, cinquenta de largura e trinta de altura”. Esses são alguns exemplos que revelam o uso da mensuração na convivência diária do ser humano e a importância que a avaliação apresenta no cotidiano das pessoas desde o início dos tempos.

Com o passar dos anos e sua necessidade o homem foi aprimorando sua forma de mensuração e avaliação. Noll (1965) afirma que:

“À medida que se foram descobrindo e desenvolvendo métodos mais apurados de mensuração na ciência natural, esses influenciaram gradativamente o método e o pensamento em outros campos, inclusive na educação, influenciando na aprendizagem, no ensino em tudo que se refere à escola”.

Na antiguidade, o ideal mais avançado sobre educação vinha da comunidade grega, pois os gregos tinham uma visão universal, sintetizavam a educação e a cultura, valorizando a arte, a literatura, as ciências e a filosofia. Para Gadotti, os gregos criaram uma pedagogia individual, que permitia liberdade e convivência social e política.

Os romanos, por influência dos gregos, centraram sua educação na cultura geral transcendendo os interesses locais e nacionais, pois sua educação era militarista e utilitária organizada pela justiça e disciplina.

Dessa forma eles valorizavam a administração, a pátria, e as construções de monumentos. Segundo Noll (1965):

“Os gregos e os romanos antigos possuíam sistema de mensuração bem desenvolvido. Demonstravam isso, na exatidão da construção de grandes trabalhos, como: estradas, pontes, edifícios, arcos e monumentos. Antes dos tempos modernos desenvolveram-se e adotaram-se medidas que, pelo menos quanto à denominação, chegaram aos dias atuais. Desde então, partindo da necessidade de medir surgiu as primeiras tentativas de padronização e aprimoramento das técnicas de avaliação em diversas situações do nosso cotidiano”.

Assim sendo, a avaliação atua a serviço do conhecimento e da aprendizagem, aprimorando a prática educativa e seus conhecimentos possibilitando ao indivíduo refletir sobre suas idéias, razões e saberes.

Para Noll, os termos medida e avaliação são utilizados pelo homem desde o início da história, sendo da natureza humana fazer acontecer naturalmente segundo seus anseios e desejos.

A educação, na era medieval, sofreu forte influência da igreja cristã, ou seja, da pregação apostólica. Surgiu assim um novo tipo de educação, uma visão do mundo e da vida e conseqüentemente também da forma como tudo deve ser avaliado. Gadotti afirma que a conciliação da fé cristã com as doutrinas greco-romanas aconteceu do século I ao VII depois de Cristo, fazendo difundir as escolas catequéticas por todo o império. No âmbito avaliativo, Noll (1965) afirma que: “*O homem demonstrou sinais de evolução em alguns sistemas de mensuração, revelando assim, mais aprimoramento na sua forma de avaliar*”.

Contudo, até o final do século XIX, o pensamento pedagógico brasileiro era influenciado e reproduzia o pensamento religioso medieval, que segundo Gadotti (2002, p. 230): “*A educação jesuítica tradicional, conservadora dominava o pensamento pedagógico brasileiro desde os primórdios.*”. Visando assim, justificar o sistema capitalista e a divisão das classes sociais de uma sociedade estratificada, constituída pelo conjunto de escolas que desejam manter a situação que favoreça tal sistema econômico.

Na pedagogia tradicional, a atividade de ensinar é centrada no professor que expõe e interpreta a matéria. Os objetivos explícitos ou implícitos referem-se à formação de aluno ideal, desvinculado de sua realidade concreta. O professor é o transmissor do conhecimento se utilizando a palavra e, às vezes, de objetos, ilustrações, onde por meio dessa prática os alunos sejam capazes de gravar e memorizar dando uma seqüência lógica do conteúdo. Gadotti ainda afirma que os jesuítas propiciaram um ensino de cunho memorístico, repetitivo, onde favorecia a competição por meio de castigos e premiações.

O conhecimento é transmitido de forma que o aluno seja apenas um receptor, receba as informações e processa-as de forma decorativa, não favorecendo o aluno e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, onde o indivíduo não tem oportunidade de ampliar seus conhecimentos através de uma aprendizagem significativa. Afirma Noll que em meados de 1920 iniciaram os primeiros testes padronizados de personalidade e inteligência, sobre conteúdos escolares, de aptidão e temas gerais escolares.

O âmbito pedagógico renascentista trouxe uma revalorização da cultura greco-romana. Para Gadotti (2002, p. 61): “*Essa nova mentalidade influenciou a educação: tornou-a mais prática, incluindo a cultura do corpo e procurando substituir processos mecânicos por métodos mais agradáveis*”.

Esse período foi marcado pela reforma protestante e pela educação jesuítica, já que ao contrário da Idade Média, o Renascimento valorizou a humanidade, ligando os conhecimentos diretamente aos interesses humanos, formando o homem que respeitasse a sua personalidade.

Nos séculos XVI e XVII, com a ascensão de uma nova classe, surgiu o pensamento pedagógico moderno, caracterizado pelo realismo. De acordo com Gadotti (2002, p. 78):

“A pedagogia realista insurgiu-se contra o formalismo humanista pregando a superioridade do domínio do mundo exterior sobre o domínio do mundo interior, a supremacia das coisas sobre as palavras”.

Na Idade Moderna (1453 a 1789), o período do regime absolutista destaca-se pelo pensamento pedagógico Iluminista. De acordo com Gadotti, o iluminismo buscou dar liberdade ao pensamento de repressão dos monarcas e o despotismo acima do normal da igreja católica. Portanto, a educação não devia apenas instruir, muito menos reprimir ou modelar, as diretivas educacionais eram os instintos e os interesses naturais, transformando a educação em racionalista e negativa, restringindo a experiência. Gadotti ainda diz que representando o fundamento da pedagogia burguesa que ainda predomina na transmissão de conteúdos e na formação individualizada.

Esse pensamento foi consolidado com o pensamento pedagógico positivista. O positivismo visa a substituição do misticismo e mágica do real pela visão científica. O Iluminismo no Brasil influenciou a formação positivista liberal, gerando a escola nova e as tendências liberais.

A pedagogia Renovada ou o movimento da Escola Nova surgiu no final do século XIX contrapondo-se à escola tradicional, sendo entendida como direção da aprendizagem; considera o aluno como sujeito da aprendizagem. Filho (2004, p. 24) afirma que:

“Neste contexto a escola tem a função de preparar pessoas para desempenhar os papéis exigidos pela sociedade, buscando a equilíbrio social, a adaptação às normas e às estruturas vigentes, desenvolvendo uma cultura individual e, ao mesmo tempo, coletiva.”

Na Pedagogia não diretiva, a escola possui o papel de formar atitudes e promover mudanças significativas internas no indivíduo. O aluno é o centro do processo educativo, onde a educação tem a função de formar a personalidade do mesmo, por meio de vivências e experiências significativas. O professor tem a responsabilidade de garantir um relacionamento respeitoso entre ambos. A Pedagogia Tecnicista surgiu no Brasil a partir da década de 50, inspirada na teoria behaviorista da aprendizagem e na abordagem sistêmica do ensino. A didática é utilizada através da instrumentalização, apropriando-se de uso de materiais didáticos, visando à racionalização do ensino. O professor é um administrador e executor do

planejamento com a finalidade de preparar a mão-de-obra para os meios de produção, o aluno é apenas um receptor passivo das matérias.

Novamente a escola nova retoma o cenário educacional representando um vigoroso movimento de renovação da educação. Segundo Gadotti, a teoria da escola nova tinha como proposta que a educação fosse motivadora da mudança social e no mesmo instante sofresse transformações, porque a sociedade estava passando por mudanças.

Naquele momento, o Brasil passava por mudanças políticas, sociais e econômicas, e a escola também passava por grandes transformações.

A pedagogia libertadora surgiu por volta da década de 40, consolidando-se e sistematizando-se por volta dos 80 anos. Com interesses nas propostas pedagógicas para os interesses da maioria, voltados para o atendimento da clientela adulta. A atividade escolar é centrada na discussão de temas sociais e políticos, baseados na realidade social, na qual ambos analisam problemas, realidades e necessidades, visando a solução coletiva para tais desajustes. Para Gadotti (2002), p. 234:

“O objetivo final do método é a conscientização. Sua pedagogia é uma pedagogia para a libertação na qual o educador tem um papel diretivo importante, mas é bancário; é problematizador, é ao mesmo tempo educador e educando, é coerente com a sua prática, é pacientemente impaciente, mas pode também se indignar e gritar diante da injustiça”.

O trabalho docente é norteado por temas geradores extraídos da vivência cotidiana do indivíduo e não dos conteúdos sistematizados propriamente ditos. O professor coordena tais discussões, nas quais o aluno participa ativamente dos debates agindo assim, em conjunto com o professor, caminhando junto para o alcance da síntese dos conteúdos. Esta tendência está mais relacionada a uma educação não formal do adulto, não chegando a formular um desenvolvimento mental e características de aprendizagem das crianças e jovens.

No entanto, a aprendizagem literária depende do ensino, num sentido “Autogestionário”, centrada no crédito as instituições (assembléias, conselhos, reuniões, etc.) onde os alunos atuam e aprendem. A motivação em aprender está centrada nos interesses em crescer com a participação em grupo que atendem às aspirações e necessidades de cada um. Os conteúdos mais significativos são aqueles oriundos as necessidades e interesses evidenciados pelo grupo.

A partir da segunda metade do século XX, a crítica à educação e à escola se acentuou, surgindo a pedagogia Crítico Social. Segundo Saviani (1996): “A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”. (pág. 18).

Na pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, a escola cumpre sua função social e política, na qual os conhecimentos sistematizados são contrapostos às experiências sócio-políticas e culturais dos alunos, consolidando a assimilação dos conteúdos, isto é, as ações de ensinar e aprender formam uma unidade, no entanto, cada uma tem sua especificidade. Propiciando o desenvolvimento das competências e habilidades intelectuais, levando o indivíduo a assumir seu papel na sociedade como sujeito ativo de transformação social, possibilitando a busca de independência, criatividade e auto-atividade. Nesse pressuposto, professor e aluno são participantes da construção do conhecimento, onde o professor assume o papel de orientador e mediador sendo incumbido de despertar, acelerar e disciplinar os métodos de estudo, propondo situações reais que façam parte do seu cotidiano. Esta pedagogia toma partido dos interesses majoritários da sociedade, atribuindo à instrução e ao ensino o papel de auxiliar os alunos no domínio dos conteúdos científicos, investigando a criatividade e reflexão dos indivíduos tornando-os conscientes do seu papel na sociedade.

A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem se organizar a partir desta questão. (Saviani, 1996, p. 19)

Tal pedagogia reconhece a objetividade e universalidade dos conteúdos, reconhecendo que nas sociedades capitalistas difunde-se um saber que reflete os interesses do poder, controlando a distribuição do saber científico omitindo alguns aspectos sejam da realidade ou do saber.

Segundo Saviani (1990): *“A apropriação dos conhecimentos pelos trabalhadores articuladas com as lutas concretas da vida prática, desenvolvem-lhes as condições subjetivas (interesses e necessidades) para conduzir à transformação das condições sociais presentes”*.

Os conteúdos escolares devem ser contextualizados, isto é, o que se ensina na sala de aula deve ter reflexo na vida e no contexto do indivíduo.

A educação passa e sempre passará por transformações pedagógicas, visando uma forma de transformar a realidade educacional e social de uma comunidade.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR NUM CONTEXTO AVALIATIVO

São tão grandes os desafios do mundo de hoje para a educação que é fundamental procurar caminhos eficientes. As mudanças sociais e culturais que aí estão, abalam as necessidades das pessoas quanto à sua formação e qualificação para o trabalho. Não basta que

a escola se preocupe apenas com a transmissão do conteúdo sistematizado do saber, é substancial que o professor enfrente o desafio de compreender os tempos novos para abraçar os anseios das novas gerações. Tornando imprescindível, que o professor seja um profissional especializado em educação, capaz de conduzir o processo educativo do pensar ao agir, fazer e avaliar. Brzezinski utilizou a expressão de Gatti (1996, p. 86) para afirmar que:

“a identidade do professor é fruto de interações sociais complexas nas sociedades contemporâneas e expressão sócio-psicológica que interage nas aprendizagens, nas formas cognitivas, nas ações dos seres humanos. Ela define um modo de ser no mundo, num dado momento, numa dada cultura, numa história”.

É importante mencionar que o processo de transformação que ocorre na trajetória profissional do educador, visa atingir condições ideais e garantir um exercício de qualidade.

Acredita-se, que os sistemas educacionais precisam dar prioridade a formação do professor primário, oferecendo cursos, estimulando a prática crítica, criadoras em que os alunos possam vivenciar aquilo que é teorizado. E permitindo dessa forma que a classe docente entre realmente em consonância com a concepção da defesa política global de formação e profissionalização do magistério, quando ressalta que o professor é o profissional que domina conhecimento específico de sua área e os saberes pedagógicos, em uma perspectiva de totalidade. (Brzezinski, 2002, p. 15).

Em outro contexto, segundo a autora citada anteriormente, dados de pesquisa demonstram que em geral os professores não apresentam um claro entendimento sobre o que seja avaliação.

A avaliação tem sido em dos aspectos mais problemáticos da ação pedagógica na escola de 1º grau. Até mesmo as escolas que desenvolvem um bom trabalho junto aos alunos, demonstram dificuldade de compreensão em relação a avaliação. Segundo Bolzan, (1994, p. 56):

“o processo de construção de conhecimento tem que ser considerado como pertencente à característica humana, não sendo unilateral, pertencendo apenas aos alunos, pois os professores e alunos são aprendentes/ensinantes neste processo”.

Pode-se dizer que é preciso trabalhar os problemas da avaliação com os professores que estão em exercício. Pois, têm surgido problemas diversos no tocante a avaliação no cotidiano da prática educativa. A conceitualização é um dos problemas que aflora, confrontando-se com diferentes pontos de vista por parte dos professores, alguns ora se

referem ao ato de medir, ora ao julgamento de valor, já para outros se reduz a testagem bimestral. Percebe-se, que a falta de clareza quanto aos conceitos tem implicado na prática avaliativa.

Os problemas encontrados no cotidiano da prática educativa escolar deixam claro que é necessária uma atualização de conceitos e uma mudança de postura em grande parte dos professores. Candau (1989, p. 140):

“A avaliação é um processo presente em todos os aspectos da vida escolar. Entretanto só a avaliação do aluno pelo professor parece ser um aspecto formalmente reconhecido na vida escolar. Deixando-nos entender que esse aspecto está presente relacionando à filosofia da educação que embasa a prática pedagógica do professor; direcionando o tipo de homem que se quer formar e para que tipo de sociedade. Nesse sentido cabe aqui salientar que os estudos recentes de vários pesquisadores brasileiros e estrangeiros têm demonstrado a preocupação não apenas com o que se pensa sobre o ensino, mas também com a ação de ensinar e as suas relações com as concepções sobre esse ensinar”. (BOLZAN. 2002, p. 12)

O que os docentes pensam sobre ensino e aprendizagem faz referência a sua formação profissional e essa, por sua vez, influência na sua forma de ensinar. Nesse contexto a construção ativa se dá à medida que são explícitas as relações entre o conhecimento pedagógico atual e os conhecimentos prévios. Compreender o processo de construção de conhecimento pedagógico compartilhado é tão fundamental quanto compreender o aprender a aprender. Para Bolzan, nas palavras de Garcia, (1999, p. 23):

“Conhecimento pedagógico é um conceito-base que se refere a um conhecimento amplo, implicando o domínio do saber-fazer (estratégias pedagógicas) bem como do saber-teórico e conceitual e suas relações”.

Percebe-se, que é preciso redirecionar a escola, refletir sobre a prática pedagógica e assim, compreender o processo de construção de conhecimento pedagógico.

É possível dizer, que o professor dotado de competência produz conhecimento sobre seu trabalho, toma decisões em favor da qualidade cognitiva das aprendizagens escolares e, atua no processo constitutivo da cidadania do “aprendente”.

Neste caso, pensar em avaliação como elemento do processo de ensino e aprendizagem é condição básica para o professor acompanhar, de fato, cada criança. Nessa concepção, o processo avaliativo como base, referencial ao fazer pedagógico, se dá pela abertura do professor e pelo entendimento das crianças, pela postura mediadora, provocativa e desafiadora. Segundo Bolzan (2002, p. 21):

“Há uma relação direta entre a ação do professor, a conduta e o rendimento dos alunos. Dessa forma, interação e mediação são fatores preponderantes na construção do conhecimento compartilhado dos alunos e dos professores”.

Uma avaliação com caráter mediador, implica o conhecimento e o registro desse processo como subsídio para encaminhar novas intervenções pedagógicas. Nesse contexto, professor e alunos aprendem simultaneamente, constroem conhecimentos e trocam experiências e ensinamentos.

Além dos aspectos cognitivos, devem ser considerados, também, no processo de ensino e aprendizagem, as habilidades e valores que possam contribuir para outras aprendizagens. Sendo importante ressaltar que a dinâmica ensino-aprendizagem que envolve a interação professor-aluno abrange também os fatores afetivos e sociais dos alunos, englobando as suas condições de vida, sua relação com a escola, a percepção e a compreensão do conhecimento sistematizado a ser estudado. Bolzan (2002, p. 150), afirma que: “*as situações de interação entre iguais permite mobilizar e reorganizar os processos cognitivos, por meio de vozes ativas e discursivas*” Ainda relata que o processo constituição de conhecimento pedagógico compartilhado implica a reorganização contínua dos saberes pedagógicos teóricos e práticos, a organização da estratégia de ensino das atividades de estudo e das rotinas de trabalho, onde o novo se elabora a partir do velho, mediante ajustes desse sistema. (p. 151). Para Vygotsky (1982), citado por Bolzan (2002):

“a produção de conhecimento-atividade criadora – pelo homem traz consigo sempre elementos socioculturais, além de alguma colaboração anônima, fazendo dele um sujeito projetado para o futuro, um indivíduo que contribui para produzir e construir novidades, modificando seu presente”.

É importante ressaltar que a participação envolve esforços criativos que contribuem para a atividade social, estabelecendo conexões nas formas de entender uma situação.

O sucesso para que ocorra a participação do aluno, vai depender em parte do posicionamento do professor em face do seu conceito de Educação. Em qualquer conteúdo a ser aprendido pelo aluno, deve haver significação, isto é, uma relação entre o conceito aprendido com o que o aluno já conhece.

A aprendizagem é considerada significativa quando ela é plena de sentido, envolvendo sentimentos e significados pessoais, ocorridos por meio de experiências, de modo que o aluno aproprie-se desse saber e adquira condições de enfrentar as exigências da vida em sociedade.

O mundo está continuamente em mudança, por isso o único homem que se educa é aquele que aprendeu como aprender, que aprendeu como se adaptar e mudar, que se

conscientizou de não há conhecimento seguro, ou seja, nenhum processo de busca do conhecimento oferece a certeza do encontro da verdade absoluta.

Fazer pesquisa é necessário, principalmente pesquisa envolvendo a realidade brasileira. Mas, é necessário que estas pesquisas e suas aplicações metodológicas sejam levadas aos professores, para que uma nova geração dos mesmos seja envolvida por este engajamento na melhoria da qualidade de ensino. Segundo André (2004, p. 57):

“Embora enfatizem pontos diferentes, estas proposições têm raízes comuns, pois todas elas valorizam a articulação entre a teoria e prática na formação docente, reconhecem a importância dos saberes da experiência e da reflexão crítica na melhoria da prática, atribuem ao professor um papel ativo no próprio processo de desenvolvimento profissional, e defendem a criação de espaços coletivos na escola para desenvolver comunidades reflexivas”.

A capacitação docente é primordial, pois, a partir dela desenvolve-se as competências e habilidades dos docentes, propiciando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico. Segundo Gómez (1998, p. 353): *“A função do docente e os processos de sua formação e desenvolvimento profissional devem ser considerados em relação aos diferentes modos de conceber a prática educativa”*.

Para a criança desenvolver algumas de suas potencialidades é necessário a intervenção pedagógica. Para este processo ser construído depende da formação do professor que pode ser construtiva ou depreciada, dependendo do modelo que ela analisa essa situação e qual sua postura. Segundo Zabala (1998, p. 38): *“o ensino quer ajudar a estabelecer tantos vínculos essenciais e não-arbitrários entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios quanto permita a situação”*.

Pois, o papel do aluno também é de suma importância para a aquisição de novos conhecimentos, tanto quanto o papel do professor. Ambos estão interligados, auxiliando para o aproveitamento dos conhecimentos prévios, facilitando o processo de ensino e aprendizagem. Onde a intervenção pedagógica é importante para adaptação e aquisição de novos conhecimentos. Segundo Sacristán (1998, p. 270):

“Ao individualismo dos professores/ não deveria seguir a busca de uma atuação integrada em escolas isoladas umas das outras. O desenvolvimento profissional não deve limitar-se tão somente ao âmbito da escola em que se trabalha”.

O trabalho coletivo obtém mais êxito se este acontecer, pois o trabalho conjunto e a troca de experiências favorecem o crescimento individual e grupal. Faz-se necessário, que o profissional seja qualificado e capacitado para ajudar a construir a ação educativa em sua

totalidade, assim ele adquire capacidade e experiência consciente que sua prática pedagógica consiste em reafirmar e conhecimento teórico em cada situação do seu dia a dia.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – UM CAMINHO PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A importância da aprendizagem permite analisar como essa prática acontece na vida cotidiana do aluno, qual a relevância a partir do instante que remete a construção do conhecimento e uma nova concepção de conceitos e conhecimentos já adquiridos. Segundo Coll (1994, p. 150): *“A construção de significados implica igualmente numa acomodação, numa diversificação, num enriquecimento, numa maior interconexão dos esquemas prévios”*. Então, a construção de conhecimentos na aprendizagem, acontece mediante a significação para o aluno do que se torna importante, e traz enriquecimento e assimilação.

É necessário que nessa caminhada, em busca do conhecimento, o aluno adquira mecanismos facilitadores da aprendizagem, onde possa obter o enriquecimento de maneira prazerosa, fazendo valer a necessidade de poder estudar, advindo formas enriquecedoras do conhecimento e assim construindo a aprendizagem com real valor e sentido. Falcão (2002, p. 19) diz que: *“Se o aluno não aprendeu, o professor não ensinou; se o aluno não aprendeu, o esforço do professor foi uma tentativa de ensinar, mas não ensinou(...)*.

Desta forma, a escola e o professor devem oferecer um espaço amplo e dinâmico para facilitar a construção do conhecimento por parte do aluno, não de maneira arbitrária, mas de forma favorável para que cada momento da escolaridade seja o mais significativo possível.

É através da relação criada entre os conceitos que a aprendizagem escolar acontece, atribuindo significados com maior ou menor intensidade dependendo da complexidade das relações que forem estabelecidas, pois para o aluno o conteúdo que será aprendido deverá ter um potencial significativo para dar lugar à construção de significados. Segundo Coll (2002, p. 128):

“O processo mediante o qual a aprendizagem significativa se produz requer uma intensa atividade por parte do aluno, que deve estabelecer relações entre o novo conteúdo e os elementos já disponíveis em sua estrutura cognoscitiva”.

Uma aprendizagem é considerada significativa, quando ela é plena de sentido, envolve sentimentos e significados pessoais ocorridos por meio de experiências. Nessa linha de pensamento, o espaço educativo se transforma em um ambiente de superação dos desafios

pedagógicos e dinamiza a aprendizagem, que passa a ser compreendida como construção de conhecimentos e desenvolvimento de competências em vista da formação do cidadão.

Hoffmann (2004, p. 09) afirma que:

“Refletir também sobre a natureza do planejamento, da relação ensino e aprendizagem e do processo avaliativo nos impõe uma aproximação com as novas produções teóricas que o paradigma das aprendizagens significativas”.

A aprendizagem é a assimilação ativa de conhecimentos e de operações mentais, isto é, surge espontaneamente e naturalmente, partindo da interação do indivíduo num determinado ambiente em que vive. O processo de assimilação dos conhecimentos mentais organizados e orientados no ensino, trata da estruturação intencional, planejada e sistemática dos conteúdos programáticos que fazem parte da aprendizagem escolar, na qual o sujeito participa da construção dos conhecimentos, formando uma hierarquia conceitual através das experiências do indivíduo. De acordo com Coll (2002, p. 131):

“O aluno em última instância, constrói, enriquece, modifica, diversifica e coordena os seus esquemas; ele é o verdadeiro artífice do processo de aprendizagem; dele depende definitivamente a construção do conhecimento. No entanto, no caso da aprendizagem escolar, a atividade construtiva do aluno não aparece como uma atividade individual e sim como parte de uma atividade interpessoal que a inclui”.

A facilitação de uma aprendizagem significativa na sala de aula, necessita de uma combinação adequada entre a condução do processo de ensino pelo professor e a assimilação ativa como atividade autônoma e independente do aluno; isto é, reorganizar sua própria estrutura cognitiva, mediante as condições e os meios para que eles tornem-se sujeitos ativos na apropriação de conhecimentos sistemáticos. O processo de ensino aprendizagem deve ser significativo, partindo do cotidiano do aluno e esse conhecimento servirá de base para aquisição de novas informações, considerando-se os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotor do aluno. Segundo Oliveira (1997), para Vygotsky: *“O aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreriam”*.

Para o indivíduo adquirir informações e conhecimentos (formais e informais), ele necessita de uma interação com o ambiente cultural com o qual interage, sendo isto essencial ao seu desenvolvimento. É primordial ressaltar, que para ocorrer uma aprendizagem expressiva o processo de ensino deve adquirir significado, partindo de um material significativo e de sua importância para organização do funcionamento da estrutura cognitiva, isto é, deve haver uma reorganização das idéias do sujeito no contexto escolar numa área

particular de conhecimento. A aprendizagem é um processo individual baseada no envolvimento e no esforço pessoal.

Mas o convívio com os pais, traz experiências e observações que propiciam o desenvolvimento interpessoal do sujeito, cabendo ao próprio indivíduo a construção de sua aprendizagem sistemática e significativa, partindo de suas experiências cotidianas, tornando seu aprendizado significativo, isto porque parte de suas vivências. O ensino tem sido referência para a atribuição de valor à aprendizagem. Segundo Oliveira (1997, p. 61), para Vygotsky:

“Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas”.

Na sociedade atual, a escola tem um papel importante para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, estabelece um elo entre o processo de desenvolvimento e a relação do sujeito com seu ambiente sócio-cultural-afetivo.

O ser humano possui ações que exigem algum tipo de conhecimento, superficial ou aprofundado, oriundos da experiência pessoal, do senso comum, da cultura partilhada em círculo de especialistas ou da pesquisa tecnológica ou científica. De acordo com Oliveira (1997, p. 62) para Vygotsky: “*O único bom ensino, é aquele que se adianta ao desenvolvimento*”. A escola está, portanto, diante de um verdadeiro dilema, para construir competências, esta precisa de um período, que é parte do tempo necessário para distribuir o conhecimento profundo.

A construção de competências é inseparável da formação de esquemas de mobilização dos conhecimentos com discernimento, em tempo real, a serviço de uma ação eficaz. O sujeito não pode construir por simples interiorização de um conhecimento procedimental; os esquemas constroem-se ao sabor de um treinamento de experiências renovadas.

Para psicólogos e pedagogos a interação entre professor e aluno, é parte decisiva da conquista dos objetivos educacionais, relacionados à aprendizagem de conteúdos e do desenvolvimento cognitivo e social. De acordo com Johnson (1981, p. 45):

“ênfase quase exclusiva na interação professor e aluno corresponde, ao menos em parte, à idéia de que as relações que se estabelecem entre os alunos no decurso das atividades de aprendizagem tem influência secundária, quando não indesejável ou desagradável, sobre o rendimento escolar”.

Sabendo-se que o elemento decisivo não é a quantidade de interação, mas sim a sua natureza. A tomada de consciência deste fato levou à intensificação dos esforços dirigidos e à identificação dos tipos de organização social das atividades de aprendizagem, possibilitando modalidades interativas entre os alunos, especialmente favoráveis à consecução das metas educacionais. Segundo Coll (2002, p. 148):

“O aluno aprende um conteúdo qualquer – um conceito, uma explicação de um fenômeno físico ou social, um procedimento para resolver determinado tipo de problema, uma norma de comportamento, um valor a respeitar – quando é capaz de atribuir-lhe um significado”.

O indivíduo constrói os significados integrando ou assimilando os conhecimentos, considerando a compreensão do seu ambiente social, compreendendo os fatos que os permeiam e inserindo-os na sua realidade, observando sua individualidade e o processo de ensino e aprendizagem existentes no seu contexto.

A individualização do ensino consiste em ajustar a quantidade e a qualidade da ajuda pedagógica ao processo de construção do conhecimento do aluno e às necessidades que experimentam na realização das atividades de aprendizagem. Pode-se dizer, que os métodos de ensino não são bons nem maus, nem adequados ou inadequados em termos absolutos, é a função que eles exercem na ajuda pedagógica que oferecem que deve estar ajustada às necessidades dos alunos. De acordo com Hoffmann (2004, p. 09):

“A escola, assim é um lugar político – pedagógico que contribui para a interseção da diversidade cultural que a circunda e a constitui, sendo espaço de significar, de dar sentido, de produzir conhecimentos, valores e competências fundamentais para a formação humana dos que ensinam e dos que aprendem”.

O importante é que o currículo norteie, transmita e exemplifique esta concepção pedagógica, favorecendo o crescimento individual do sujeito, considerando-o indispensável para construção do conhecimento; proporcionando informações organizadas e estruturadas, oferecendo modelos de ações, construindo indicações e sugestões para abordar tarefas novas; formulando hipóteses para resolução de situações problemas. Cabendo ao educador estabelecer os vínculos necessários para construção do diálogo com os educandos, tendo consciência de seu papel mediante a formação cognitiva, afetiva, social do aluno. Segundo Oliveira (1997, p. 126):

“Para Vygotsky mediação é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então de ser direta e passa ser mediada por esse elemento”.

Ao longo da vida, o indivíduo internaliza as situações decorrentes de seu ambiente social e cultural, estabelecendo uma relação de estímulo e resposta que são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano, onde as relações mediadas predominam sobre as relações diretas. De acordo com Oliveira (1991, p.48):

“Para Vygotsky (...) todas as funções superiores são processos mediados. O signo mediador é incorporado a sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo”.

Este processo de internalização envolve uma atividade externa que deve ser modificada para tornar-se uma atividade interna; isto é, deixa de ser interpessoal se torna intrapessoal. O professor exerce grande influência nesta relação, pois, ele é responsável em mediar o conhecimento sistemático no processo de ensino-aprendizagem e a criança assimila o mesmo de acordo com seu desenvolvimento.

Uma adaptação contínua de diferentes situações presentes, facilitando o desenvolvimento da inteligência para que ocorra uma melhor interação do sujeito com o meio social e cultural, no qual o professor é indispensável para facilitar esta aquisição de conhecimento. De acordo com Oliveira (1991, p. 29):

“Para Piaget afirma que a indissolubilidade entre a afetividade e a inteligência, afirmação que pode ter dois sentidos: no primeiro a afetividade estimula ou perturba o funcionamento intelectual, mas sem modificar as estruturas da inteligência, este papel perturbador ou acelerador da afetividade é indesmetível, e muitas crianças não aprendem devido a bloqueios afetivos ou a sentimentos de inferioridade”.

O professor é elo entre a criança e os conteúdos programáticos, é ele quem media esse processo de construção, considerando o nível de maturidade do sujeito no período de aquisição de tais conhecimentos. Cabe ao educador auxiliar o indivíduo na superação de tais bloqueios, que podem ter diversas origens e que interferem no desenvolvimento integral do indivíduo. Segundo Morin (1999, p. 110):

“a aprendizagem, por sua vez, está associada à inteligência e ao pensamento; à concepção, à reflexão e à consciência; à curiosidade, à motivação, ao interesse, à atenção”.

Esta aprendizagem está relacionada à construção sistemática dos conhecimentos prévios dos alunos, onde o professor favorece a descoberta de informações novas que fazem parte da relação entre conhecimento e reconhecimento, abrindo uma nova abordagem entre as estratégias organizadoras e as estruturas cognitivo-organizativas.

O conhecimento é construído pela criança e não ditado pelo professor. A aprendizagem ou a construção do conhecimento é um processo exterior e paralelo ao desenvolvimento da criança, pois a aprendizagem utiliza-se dos resultados do desenvolvimento, ou seja, aprendizagem é o desenvolvimento.

A criança se desenvolve e aprende na interação com outros e com objetos, recebendo deles instrumentos e estratégias psicológicas que serão internalizados. Trata-se, então, de um processo de construção social do desenvolvimento, no qual o outro ou o objeto tem uma função relevante; ou seja, sua evolução psicológica acontece a partir das relações com os adultos e crianças mais avançadas.

Num primeiro momento a criança assimila, alimentando assim seus esquemas hereditários ou adquiridos, para num segundo momento acomodar seus novos esquemas cognitivos. Para Morin (2000, p. 22):

“a educação deve favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral”.

Sendo assim a escola deve ser um espaço dinâmico e propício para a construção do conhecimento do aluno, onde o mesmo seja o principal condutor deste processo de construção e aprendizagem. Segundo Coll (1994, p. 137):

“mediante a realização de aprendizagens significativas, o aluno constrói, modifica, diversifica e coordena os seus esquemas, estabelecendo, deste modo, redes de significados que enriquecem o seu conhecimento do mundo físico e social e potenciam o seu crescimento pessoal”.

Através das condições favoráveis, o aluno constrói, no decurso de suas experiências, seu conhecimento de modo significativo, ou seja, com significado real para ele, favorecendo assim a aprendizagem significativa.

MEDIAÇÃO NUMA RELAÇÃO AFETIVA DE APRENDIZAGEM

O estudo do processo ensino-aprendizagem tem salientado a relevância da atividade mediada na internalização das funções psicológicas. Vygotsky (1978) caracteriza o uso de signos e instrumentos como atividade mediada, que irá orientar o comportamento humano, no processamento dessas funções mesmo sendo ambas de natureza diversa.

A mediação por signos constitui uma atividade interna dirigida para o controle do próprio sujeito. A linguagem escrita tem papel importante na compreensão das funções mentais. Vygotsky afirma que *“a escrita deve ter significado para as crianças, deve ser incorporada como tarefa necessária e relevante para a vida, e deve ser ensinada de um modo natural”*.

O homem vem utilizando signos como instrumentos psicológicos, ao longo dos anos. São inúmeras as formas de utilizá-los para auxílio no desempenho de atividades psicológicas como: fazer uma lista de compras, manusear um mapa, fazer diagramas etc.

A mediação por instrumento é uma atividade orientada externamente para o controle da natureza. Para Vygotsky *“o instrumento é um elemento interposto entre o trabalhador e o objeto de seu trabalho, ampliando as possibilidades de transformação da natureza”*.

Mas o que é mediação? *“Mediação é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação”* (OLIVEIRA, 2003, p.26). Através da mediação a relação deixa de ser direta para ser mediada por um elemento.

No âmbito escolar, o professor é o mediador do processo de ensino-aprendizagem, cabendo ao sujeito pesquisar e construir suas próprias estruturas cognitivas, relacionando-os aos acontecimentos cotidianos, observando as dimensões da aprendizagem para o desenvolvimento pleno do indivíduo, refletindo a necessidade de integrar a teoria e a prática para abordar tais aspectos no sujeito.

Depois da família, a escola é a instituição na qual se inicia a socialização entre as crianças. Dessa forma, a principal função da escola deixa de ser exclusivamente a aprendizagem dos alunos; a interação social, mediada pela afetividade, dá sustentação ao papel da socialização. A criança se desenvolve não só aprendendo as coisas que lhe são ensinadas na escola, mas também aprende a desempenhar papéis, a se relacionar afetivamente com as outras pessoas da família e da comunidade. Para La Taille (1992, p. 65):

“Quando se trata de analisar o domínio dos afetos, nada parece haver de muito misterioso a afetividade é comumente interpretada como uma ‘energia’, portanto como algo que impulsiona as ações”.

Para compreender melhor o processo avaliativo nas escolas é de suma importância que o educador conheça as dimensões essenciais do processo de ensino-aprendizagem. O processo de ensino-aprendizagem é multidimensional e complexo, devendo-se considerar alguns aspectos que influenciam e interferem neste processo como as dimensões da aprendizagem.

A dimensão cognitiva intelectual sofreu algumas modificações com o passar dos anos, pois, anteriormente acreditou-se que esta ocorria de forma estanque, onde o indivíduo aprendia sozinho através da aprendizagem memorística. Mas, percebeu-se que o ser humano se ajusta as influências que o meio propicia.

Vygotsky (1978) *trabalha com a noção de que a relação homem e mundo não é direta e sim mediada. A interação face a face tem papel fundamental na construção do ser humano e seu conhecimento, pois é através dessa relação que o indivíduo interioriza as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico, onde a mesma fornece matéria prima para o desenvolvimento psicológico do indivíduo.*

A aprendizagem é compreendida como um processo dialógico, do qual a criança participa plenamente através de suas opiniões, hipóteses e reflexões, tomando o processo de ensino aprendizagem mais criativo e participativo, onde a criança interage de acordo com suas potencialidades e envolve-se reflexivamente no conteúdo a ser aprendido.

Outro aspecto importante é a dimensão personológica, pois indica a organização sistêmica dos diferentes processos, interagindo diretamente com os aspectos cognitivos, intelectuais, emocionais e relacionais. Esta dimensão baseia-se nas características psicológicas do indivíduo como a segurança, a auto-estima, os valores morais, o interesse e a motivação, sendo aspectos indispensáveis para o sujeito obter êxito na vida escolar.

É a escola que cria um clima de afeto, simpatia, compreensão, respeito mútuo e democracia, enfim, cria um lugar no qual todos compartilham suas experiências e opiniões, e proporciona o envolvimento de todos os segmentos que dela fazem parte. Esta relação afetiva constitui um incentivo para o desenvolvimento da aprendizagem cognitiva. É importante que o educando seja orientado e motivado para a busca efetiva da construção do conhecimento. Vygotsky *coloca que o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afetos e emoção.* (LA TAILLE, 1992, p. 76).

Uma capacidade humana que devemos considerar é a criatividade, pois a partir dela o aluno modifica aquilo que lhe é apresentado, partindo de sua própria elaboração, valorizando sua aprendizagem e seu desenvolvimento pessoal. Este aspecto é um processo individual, no

qual o sujeito é capaz de produzir elaborações próprias. Cabe ao educador estimular os alunos a pensarem para que sejam capazes de se posicionar individualmente perante a sociedade vigente, assumindo seu papel como cidadão crítico, participativo e ativo. A criatividade é uma dimensão importante para a formação integral do indivíduo, estando diretamente interligada com as outras dimensões da aprendizagem.

De acordo com Chalita (2001), *“a habilidade emocional é o grande pilar da educação, sendo que não é possível desenvolver as habilidades cognitiva e social sem trabalhar a emoção”*. Ainda para o autor, trabalhar a emoção exige paciência, pois se trata de um processo continuado cujas mudanças não ocorrem de uma hora para outra.

O homem, enquanto sujeito de conhecimento, não tem acesso direto aos objetos, mas um acesso mediado, isto é, o indivíduo é capaz de agir mentalmente sobre o mundo, lidando com situações que substituem o real fazendo relações mentais na ausência do concreto. Segundo Oliveira (1997) para Vygotsky: *“As representações mentais da realidade exterior são, na verdade, os principais mediadores a serem considerados na relação do homem com o mundo”*.

Cabe ao educador mediar a construção dos conhecimentos, partindo da intervenção pedagógica, despertando no processo de ensino-aprendizagem processos internos que os possibilitem interagir no meio que vive e com outras pessoas, propiciando o acesso à aquisição dos conhecimentos sistematizados.

O padrão emocional do ser humano é formado nos primeiros anos de vida. A inteligência emocional da criança é determinada até certo ponto pelo temperamento, isto é, pelos traços de personalidade, mas também é moldado pelas interações com os pais, escola e sociedade.

A avaliação é outra dimensão do processo de aprendizagem, alvo de diversas discussões considerada desamenatória (quantidade). Partindo de uma visão mais crítica do professor, pode ser considerada como mediadora no processo de ensino-aprendizagem, isto é, oferece um norte ao professor para trabalhar conteúdos programáticos de forma sistemática e significativa, partindo dos conhecimentos prévios que os alunos possuem ao ingressar na escola. Proporcionando situações desafiadoras para que o indivíduo amplie suas dimensões, tornando-as criativas, críticas e reflexivas, sendo capazes de organizar ações sobre o que aprende. Esta dimensão ocorre de modo contínuo, fornecendo ao sujeito seu envolvimento que é inseparável do sistema de dimensões da aprendizagem.

Para que haja uma contextualização social da aprendizagem faz-se necessário que as dimensões sejam desenvolvidas coerentemente.

Nesta perspectiva a afetividade não é apenas uma das dimensões da pessoa, e sim uma fase do seu desenvolvimento, assim para Wallon “*a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento*”. (LA TAILE, 1992, p. 95).

Atualmente, considera-se que o sujeito aprende mediante diversas estimulações, que são imprescindíveis para o processo de ensino aprendizagem. Compreende-se que os aspectos cognitivos e afetivos da personalidade não constituem dois universos opostos; portanto, a educação escolar não pode ser desvinculada da afetividade.

Outra dimensão muito importante para o desenvolvimento humano é o afetivo-relacional que baseia-se na integração do aspecto emocional e relacional.

Cabe ao educador valorizar tais aspectos, pois, o aluno é um indivíduo que pensa, participa, posiciona-se, possui criatividade e capacidade de refletir e agir sobre acontecimentos cotidianos. A criança aprende por meio do desenvolvimento de interesses variados, beneficiando assim o desempenho pleno no âmbito educacional.

AVALIAÇÃO

O tema avaliação tem ocasionado discussões constantes sobre variados enfoques, com a tentativa de se obter definições mais precisas, para que a avaliação seja exercida na prática educacional escolar. Em razão desta situação, tem sido comum deparar-se em contradições, deixando os educadores confusos, quanto a sua aplicação no recinto escolar. Segundo Hoffmann (2000, p. 12):

“o ‘fenômeno avaliação’ é, hoje, um fenômeno indefinido. Professores e alunos que usam o termo atribuem-lhe diferente significado, relacionados principalmente aos elementos constituintes na prática avaliativa tradicional: prova, notas, conceito, boletim, recuperação, reprovação, (p.13 a 14). Temos que desvelar contradições e equívocos teóricos dessa prática, construindo um “ressignificado” para a avaliação e desmitificando-a de fantasma de um processo ainda muito em voga”.

Para escola, avaliar associa-se à “hierarquia de excelência”, onde se comparam os alunos, classificando-os entre melhores ou não. A função avaliativa para a família previne, alertando ora para o fracasso que se anuncia, ora tranquilizando para o êxito. Sobretudo, ela garante que o aluno sabe o que é necessário para ser promovido para a série seguinte.

Partindo dessa concepção, entende-se que o êxito e o fracasso são realidades socialmente construídas, quando se atribui um valor a cada aluno, em diversas fases da

trajetória escolar através da prática de avaliação, onde muitas das vezes os alunos são comparados e classificados mediante normas estabelecidas. Segundo Perrenoud (1999, p. 13):

“a avaliação é tradicionalmente associada na escola, à criação de hierarquia de excelência. Elas existem realmente, mas a avaliação escolhe em um momento definido, segundo critérios definidos, dar-lhe uma imagem pública; as mesmas variações podem ser dramatizadas ou banalizadas conforme a lógica de ação em andamento, pois não se avalia, por avaliar, mas para fundamentar uma decisão”.

Essa prática educativa atual deixa transparecer de imediato, que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que passou a ser direcionada por uma “pedagogia de exame”. Pois, no sistema de ensino, os profissionais de educação, os professores e os alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção do estudante de uma série de escolaridade para outra. Então, entende-se que o exercício pedagógico escolar é manipulado pela pedagogia do exame, e não pela pedagogia do ensino-aprendizagem. No artigo 4º inciso IX afirma-se que: “Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a verdade e quantidade mínimas, por aluno de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

O professor utiliza as provas como um elemento motivador da aprendizagem, mesmo sabendo que o aluno pode ser reprovado. Contribuindo, dessa forma, de maneira “consciente ou inconsciente” para a seletividade social, algo que já existe independente da prova. Conforme afirma Luckesi (1980, p. 28):

“o exercício da avaliação escolar esta a serviço de uma pedagogia, que nada mais é do que uma concepção teórica da educação, que por sua vez traduz uma concepção teórica da sociedade. O que pode estar ocorrendo é que a prática da avaliação da aprendizagem escolar está sendo exercitada de forma ingênua e inconscientemente – como se ela não estivesse a serviço de um modelo teórico de sociedade e de educação, como se ela fosse uma atividade neutra. Postura essa que indica uma defasagem no entendimento e na compreensão da prática social”.

A avaliação vista em outra lógica, não é uma ameaça na relação aluno/professor e ensino-aprendizagem, e sim, uma invenção nascida com o objetivo de auxiliar o processo de construção do conhecimento. Nesse contexto, Piaget 1973 e Luckesi 1984, referem-se à avaliação como um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também sociais, no contexto escolar. Reafirmam que a avaliação educacional deverá manifestar-se como um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora.

Então, a avaliação deve servir como liberativo e qualificativo, sendo o aluno peça central; mas devem ser levadas em conta as formas pelas quais foram oferecidas a ele essas condições de acesso à aprendizagem. Segundo Zabala (1998, p. 202):

“E para melhorar a qualidade do ensino é preciso conhecer e poder avaliar a intervenção pedagógica dos professores, de forma que a ação avaliadora observe simultaneamente os processos individuais e os grupais. Referimo-nos tanto aos processos de aprendizagem, como aos de ensino”.

É necessário que se conheça a forma que o educador irá realizar a intervenção, passando pelos indivíduos e depois grupos, onde a avaliação favoreça a prática pedagógica simultaneamente servindo de replanejamento, para que o educador tenha condições necessárias de perceber como sua prática é remetida a aprendizagem e ao ensino. O artigo 24º, inciso II trata da: “*Classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior na própria escola*”.

Este inciso trata das condições básicas que devem ser oferecidas ao aluno para alcançar nível satisfatório de aprendizagem, entre elas a avaliação, que serve de parâmetro para o educador obter condições de compreensão do nível de aprendizagem do aluno. E muitas vezes, a avaliação é considerada um instrumento de classificação onde seu sujeito é o aluno, e o objeto são as aprendizagens, seguindo critérios mínimos para todos.

A avaliação deve ser um instrumento de identificação de novos rumos, do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação das direções a serem seguidas. Segundo Hoffmann (1998, p. 37):

“Conceber a avaliação enquanto ação-reflexão-ação, em contraponto ao caráter passivo, de julgamento de dado pelo avaliador, pressupondo objetividade e não-envolvimento e sem encaminhamentos ou sugestões sobre o objeto da avaliação”.

O que se observa nesse contexto, é que a avaliação diagnóstica é um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, esta situação lhe garantirá sempre relações de reciprocidade. Contudo, em muitas das vezes, esse instrumento considerado auxiliador no processo de ensino-aprendizagem, vem sendo desvinculado do contexto avaliativo, satisfazendo apenas um sistema de pedagogia vinculado às normas estabelecidas por uma sociedade. Libâneo diz que avaliar é uma tarefa didática fundamental e constante no trabalho docente, que está interligada no processo de ensino-aprendizagem.

A tarefa de avaliar está interligada ao processo de ensino-aprendizagem, sendo necessário para verificação dos resultados obtidos, comparando objetivos propostos para verificação de progressos, dificuldades e orientação do trabalho didático.

A avaliação na concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, foca o controle externo do aluno mediante notas e conceitos, como parte integrante e intrínseca ao processo educacional. Não se restringe ao julgamento sobre sucesso ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tende a alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.

A avaliação da aprendizagem só pode acontecer se for relacionada às oportunidades oferecidas aos alunos, às propostas de conhecimentos prévios e aos desafios que estão em condições de enfrentar. Para Haydt (1997, p. 38):

“O objetivo de avaliar, torna-se um critério de avaliação. A definição de um critério serve como ponto de referência e ajuda o professor a estabelecer o que o objetivo proposto foi realizado, e a reconhecer essa evidência no comportamento do aluno”.

A avaliação subsidia o professor com elementos para reflexão contínua sobre a sua prática. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas e reorganização de investimentos no processo de ensino-aprendizagem. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais são mais viáveis ao desenvolvimento do aluno.

A avaliação investigativa inicial instrumentará o professor no seu planejamento com mais eficiência, baseado nas características de seus alunos. Avaliar é um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino, é um elemento de reflexão contínua para o professor sobre a sua prática educativa. Pressupõe-se considerar tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender quanto o produto alcançado. Segundo Hoffmann (2003, p. 20):

“A ação avaliativa abrange justamente a compreensão do processo de cognição. Porque o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidades de refletir sobre o mundo e de conduzi-lo à construção de um maior número de verdades, numa espiral necessário de formulação e reformulação de hipóteses (abstração reflexiva).”

Numa concepção tradicional, Haydt (1998, p. 286),

“a educação é concebida como mera transmissão e memorização de formações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. O que se sabe de como era avaliação da época do Império, é que tudo era feito por arguição. E havia castigos severos. (...) A avaliação se restringe a medir a quantidade de informações retidas”.

Dessa forma, a avaliação se torna seletiva e competitiva, pois dar nota é avaliar, aplicar prova é avaliar, o registro de menções é a avaliação, fazendo da educação e avaliação dois momentos distintos, sem ligação entre si. Hoffmann (2003, p. 17) afirma que: *“Exercendo-se a avaliação como uma função classificatória e burocrática, persegue-se um princípio claro de descontinuidade, de segmentação, de parcelarização do conhecimento”*.

É importante comentar que a avaliação na ótica do exame, serve para reconhecer formalmente a presença (ou ausência) de determinado conhecimento, mas não dispõe da mesma capacidade para indicar qual é o saber que o sujeito possui ou como está interpretando as mensagens que recebe (Esteban, 2002, p. 100).

Utilizando a expressão de Luckesi, pode-se dizer que a atual prática da avaliação escolar estipula como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com a função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade. Segundo Luckesi: (1997, p. 37):

“A função diagnóstica constitui-se num momento dialético do processo que avança no desenvolvimento da ação e do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência”.

É fundamental que a prática avaliativa promova o desenvolvimento educacional de forma que o aluno alcance pleno entendimento, valorizando suas habilidades e potencialidades. Mesmo diante das diversas complexidades citadas em torno do processo avaliativo, há de se convir que não existe orientação escolar sem avaliação. Pois, depende-se da mesma, para comprovar o que os alunos estão aprendendo e o que ignoram. Conforme afirma Méndez (2000):

“A avaliação torna-se um ponto de colocação em prática do conhecimento no desenvolvimento do docente em seu exercício profissional. Em cada atividade de avaliação, é o saber posto em jogo como conhecimento (formação científica básica) e o saber fazer como projeção prática (formação didática) para tomar decisões justas e agir inteligentemente a favor de que aprende” (p. 185ss.).

A avaliação contínua tem as funções formativa e somativa; formativa, porque define ou delimita a aprendizagem do aluno, utilizando as informações para melhorar o ensino e a aprendizagem; e somativa, porque tem função classificatória. A avaliação tem o propósito de identificar as dificuldades de aprendizagem, tentando discriminar e caracterizar suas possíveis causas, tornando-se um facilitador para ação pedagógica, sendo importante no auxílio aos alunos na progressão de suas aprendizagens.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida teve uma abordagem qualitativa. Segundo André (2003): “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. O pesquisador permanece em contato direto com o seu objeto de pesquisa. Os dados são descritos, existe uma maior preocupação com o processo, e a análise dos dados prossegue de maneira indutiva.

Esta pesquisa foi realizada em uma escola pública do Distrito Federal localizada na cidade satélite de Samambaia. Os sujeitos da pesquisa foram: o diretor, o professor regente e o aluno.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: a análise documental, a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas.

A análise documental é uma técnica de pesquisa realizada através da leitura e observação de dados documentais. É um instrumento valioso no complemento das informações por outras técnicas de pesquisa (ANDRÉ, 2003).

A observação participante como instrumento válido de investigação científica, exige do observador participante uma preparação rigorosa, controlada e sistemática antes de realizar a pesquisa do objeto. Esse fato é considerado em virtude de cada indivíduo ter sua própria forma de observar e interpretar um mesmo objeto de maneira diferente (ANDRÉ, 2003).

A entrevista semi-estruturada se desenvolve como um instrumento de pesquisa mais flexível, e parte de um esquema básico, permitindo que o entrevistador faça as devidas adaptações. Nesse tipo de entrevista, o entrevistador estabelece um clima de confiança deixando o informante a vontade para expressar livremente (ANDRÉ, 2003).

A pesquisa tem como objetivo confrontar dados e buscar soluções para um determinado problema, que pode ser do cotidiano de um determinado grupo social, o que não é diferente da área educacional.

É de suma importância, que o pesquisador registre tudo sobre a pesquisa para que nada se perca ao longo do trajeto.

A análise documental seguiu-se mediante um roteiro conforme o *Apêndice A*. Os documentos analisados foram: o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

A observação seguiu-se mediante um roteiro conforme o *Apêndice B*. A entrevista seguiu-se mediante um roteiro elaborado com o objetivos geral e específicos, *Apêndice C*.

Esta pesquisa foi realizada durante o período de julho a novembro. Na primeira fase, em julho de 2005, após a escolha do tema, foi realizado o fichamento de textos e autores que subsidiaram e fundamentaram teoricamente este trabalho, iniciando o projeto.

Na segunda fase, em agosto de 2005, continuou-se com o referencial teórico e elaborou-se o projeto e os instrumentos de pesquisa.

Na terceira fase, em setembro de 2005, foram aplicados os instrumentos de pesquisa, colhidos e levantados os dados, elencando-se as categorias.

Na quarta fase, em outubro de 2005, foi realizada a análise e discussão de dados e resultados mediante as categorias selecionadas.

Na quinta fase, em novembro de 2005, elaborou-se a monografia e o relatório final.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa foi realizada mediante utilização dos instrumentos de pesquisa em uma escola pública do Distrito Federal, na cidade satélite de Samambaia, que por questões éticas será denominada escola C.

Os sujeitos da pesquisa foram a diretora, a professora regente e os alunos de uma turma de 4ª série do ensino fundamental, composta por trinta e um alunos. E para melhor esclarecimento da pesquisa, serão identificados da seguinte maneira:

- diretora: K;
- professora: L;
- alunos: Y, A., R, S, E, B, J, F, I, M, W, G, H, D.

A estrutura física da escola é composta por dezesseis salas de aula, cinco salas de apoio (biblioteca, sala de coordenação, direção, depósito pedagógico, secretaria), um parque de areia, um parque, uma quadra, um pátio e uma cantina.

As modalidades de ensino atendidas na escola são:

- educação infantil: Pré-escola :112 alunos;
- ensino fundamental : 1ª a 4ª série: 820 alunos;
- educação especial: 12 alunos;

A escola tem ao todo novecentos e quarenta e quatro alunos, neste ano de 2005 tornou-se escola inclusiva. A equipe pedagógico-administrativo é composta por quatro pessoas, o corpo docente possui trinta e dois professores e o corpo dos auxiliares de educação tem quinze funcionários. A escola dispõe de alguns projetos educacionais que auxiliam no desenvolvimento pedagógico para o enriquecimento da aprendizagem escolar, que são: Família na escola, Feira cultural, Projeto da biblioteca - Asas da imaginação.

Os dados coletados foram elencados a partir das seguintes categorias:

Aprendizagem significativa: Segundo Coll (1994):

“A atitude favorável para aprendizagem significativa faz referência a uma intencionalidade do aluno para relacionar o novo material de aprendizagem com o que já conhece, com os conhecimentos adquiridos previamente, com os significados já construídos”.

Mediação: Segundo Oliveira (1997):

“Para Vygotsky mediação, é o processo de intervenção de elemento intermediário numa relação. No âmbito escolar, o professor é um mediador do processo de ensino aprendizagem, cabendo ao sujeito pesquisar e construir suas próprias estruturas cognitivas, relacionando-o aos acontecimentos cotidianos, observando as dimensões da aprendizagem para o desenvolvimento pleno do indivíduo, refletindo a necessidade de integrar a teoria e a prática para abordar tais aspectos no sujeito”.

Avaliação: Para Haydt (1997):

“Avaliar é julgar ou fazer apreciação de alguém ou de alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim sendo, a avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses resultados com base em critérios previamente definidos”.

Categoria: Aprendizagem Significativa.

Na categoria Aprendizagem Significativa, a análise documental, segundo o PPP⁴ da escola C descreve: *“A escola trabalha com projetos que beneficiam o desenvolvimento global dos alunos nos aspectos cognitivo, afetivo social, motor, moral e ético, para que possam interagir de forma consciente no contexto em que estão inseridos”*.

No documento, a escola enfatiza a importância da construção do conhecimento a partir de atividades que são significativas para o aluno no seu contexto educacional, favorecendo a aprendizagem em uma abordagem qualitativa. Segundo Coll (2002, p. 128):

“O processo mediante o qual a aprendizagem significativa se produz requer uma intensa atividade por parte do aluno, que deve estabelecer relações entre o novo conteúdo e os elementos já disponíveis em sua estrutura cognoscitiva”.

O PPP da escola C afirma que: *“Para viabilizar e concretizar o currículo se faz necessário repensar as ações pedagógicas. Partindo disso, a coordenação pedagógica deve propiciar uma melhor elaboração das atividades na organização dos procedimentos didáticos em todo o âmbito escolar, levando aos professores oportunidades de troca de experiências e reflexão sobre a sua prática no sentido de buscar alternativas para fazer da mesma uma atividade prazerosa”*.

De acordo com este trecho do documento, há uma grande preocupação da escola com a parte didático-pedagógica em poder proporcionar atividades bem mais elaboradas para o melhor rendimento e desempenho educacional dos alunos, viabilizando ao professor a troca

⁴ PPP – Projeto Político Pedagógico.

de experiências com os demais colegas, desta forma, podendo planejar melhor suas atividades para que o ensino tenha mais qualidade e significado para os alunos. Segundo Hoffmann (2004, p. 09):

“A escola, assim, é um lugar político-pedagógico que contribui para a interseção da diversidade cultural que a circunda e a constitui, sendo espaço de significar, de dar sentido, de produzir conhecimentos, valores e competências fundamentais para a formação humana dos que ensinam e dos que aprendem”.

De acordo com o PPP: *“O nosso currículo baseia-se principalmente na elaboração coletiva de atividades que proporcionam o desenvolvimento do aluno através de temas geradores/transversais discutidos junto ao grupo e adequados à realidade de cada série”*.

Segundo este trecho do documento, a escola busca elaborar atividades, seguindo o currículo de maneira que promovem a aprendizagem dos alunos, sendo de acordo a cada faixa etária/série. Levando em consideração aquilo que lhe atribuiu significado, sendo capaz de resolver, modificar e estruturar conceitos e fenômenos (físicos ou sociais).

Na observação, evidenciou-se a atitude da professora em relação ao ensino-aprendizagem. A mesma demonstrou-se atenta às necessidades dos alunos, facilitando a assimilação e construção do conhecimento. A professora regente propiciou através das atividades situações favoráveis a interação entre professor e aluno. Os alunos, por sua vez, foram participativos, investigavam, opinavam e trocavam idéias.

Dessa forma, a interação e a mediação foram fatores preponderantes no processo de ensino-aprendizagem da referida professora.

A professora permitiu uma relação recíproca de troca de experiências, ajudando, portanto, o aluno a construir-se como sujeito social da aprendizagem. Segundo Oliveira (1997, p. 52):

“Para Vygotsky o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreriam”.

O professor é o responsável pela organização da situação de ensino-aprendizagem, o aluno é o centro do processo. Ambos aprendem simultaneamente, constroem conhecimentos, trocam experiências e ensinamentos. Para Bolzan (2002, p. 18):

“Para Freire (1997) e Perrenoud (1999), uma proposição de ensino que considere as construções do aluno pressupõe um professor que atua como protagonista da ação pedagógica, mostrando-se curioso, prestando atenção ao que o aluno diz ou não diz ou faz ou não faz, colaborando para que ele seja capaz de articular seus conhecimentos prévios com os conhecimentos escolares”.

É necessário, que nessa caminhada em busca do conhecimento, o aluno adquira mecanismos facilitadores da aprendizagem, onde possa obter o enriquecimento de maneira prazerosa, fazendo valer a necessidade de poder estudar advindo formas enriquecedoras do conhecimento e assim considerando a aprendizagem com real valor e sentido.

Analisando as concepções de professores e alunos acerca de suas interações, verificou-se que os professores apontam situações e características de suas relações em sala de aula, sem explicar uma concepção de interação enquanto processo pelo qual, em parceria se constrói o conhecimento. Na concepção dos alunos, existe a possibilidade de construção conjunta, desde que o professor os ajude e os estimule a estudar, isto é, condicionem a construção do conhecimento. De acordo com Bolzan (2002, p. 56):

“O processo de construção de conhecimento tem que ser considerado como pertencente à característica humana, não sendo unilateral, pertencendo apenas aos alunos, pois professores e os alunos são aprendentes, ensinantes neste processo”.

Durante a observação, a professora L propôs a realização de uma atividade que propicia aos alunos a utilização das suas aprendizagens para realizá-la. A mesma utilizou um desafio matemático, onde os alunos reuniram-se em grupos para resolvê-lo, colocando em prática os seus conhecimentos prévios para responder o que foi proposto. Segundo Luckesi (1997, p. 95):

“uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando”.

Uma outra atividade foi baseada na repetição de exemplos, mecanizando dessa forma o aprendizado do aluno, contemplando apenas a repetição sistemática do conteúdo, não proporcionando uma aprendizagem de fato significativa.

Percebeu-se que na escola, onde ocorreu a entrevista, trabalha-se de forma a proporcionar ao aluno um ambiente de construção do conhecimento de forma significativa.

A diretora K disse que: “*A concepção pedagógica da escola parte do princípio que a escola exerça seu papel: - preparar nosso educando para a cidadania, vida*”. Partindo desse princípio, a escola encara o educando como um ser ativo no processo de construção do conhecimento do mesmo. Coll (2002, p. 128) afirma que:

“O processo mediante o qual a aprendizagem significativa se produz requer uma intensa atividade por parte do aluno, que deve estabelecer relações entre o novo conteúdo e os elementos já disponíveis em sua estrutura cognoscitiva”.

Para a escola C “*o educador é um dos facilitadores de mais importância para a construção do conhecimento de nossos alunos*” (diretora K). Através de um bom planejamento o professor leva os alunos realmente ao conhecimento. Segundo Falcão (2002, p. 19): “*Se o aluno não aprendeu, o professor não ensinou; se o aluno não aprendeu, o esforço do professor foi uma tentativa de ensinar, mas não ensinou*”).

No que diz respeito, à construção do conhecimento de seus alunos, a professora L afirma que “*primeiramente, parto da própria realidade do aluno, através de inferências minhas e dos próprios alunos da classe, ou seja, de maneira significativa*”. Uma aprendizagem só é significativa quando é plena de sentido e envolve sentimentos e significados pessoais, ocorridos por meio de experiências. A escola para os alunos é um espaço de preparação para o futuro e de aprendizado. Segundo o aluno Y, a escola é um espaço importante para se: “*aprender bastante, e para ter um futuro melhor*”. Segundo Oliveira (1997, p. 61) para Vygotsky:

“Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas”.

Os alunos percebem a construção de seu próprio conhecimento como parte de suas responsabilidades, dependentes de sua interação com a professora e os colegas. O aluno A diz que aprende “*com a professora ensinando*”. E o aluno R diz que constrói seu conhecimento “*com a ajuda dos meus colegas e da professora*”. Para COLL (2002, p. 131):

“O aluno, em última instância, constrói, enriquece, modifica, diversifica e coordena os seus esquemas; ele é o verdadeiro artífice do processo de aprendizagem; dele depende definitivamente a construção do conhecimento. No entanto, no caso da aprendizagem escolar, a atividade construtiva do aluno não aparece como uma atividade construtiva do aluno, não aparece como uma atividade individual e sim como parte de uma atividade interpessoal que a inclui”.

A aprendizagem significativa necessita de uma combinação entre a condução do processo de ensino pelo professor e a assimilação ativa do aluno que a reorganiza sua própria estrutura cognitiva. O aluno D evidencia que: “*não consigo aprender com a explicação da professora*”. Segundo Falcão (2002, p. 20):

“aprendizagem não se transmite por hereditariedade(...) isto porque aprendizagem é um processo pessoal: depende do envolvimento de cada um de seu esforço e de sua capacidade”.

Para atingir suas metas e objetivos referentes à aprendizagem do aluno, a diretora K deixa clara a importância do planejamento anual: *“o Projeto Político Pedagógico objetiva, em longo prazo, nortear todos os passos para o planejamento escolar em seu dia-a-dia na escola. Sendo assim de extrema importância sua construção junto aos segmentos da escola, e principalmente deixar claro qual foco a escola pretende atingir”*. Percebeu-se, durante a entrevista, que tanto a diretora quanto a professora se preocupam, de maneira efetiva, que a aprendizagem do aluno seja significativa. A professora L afirma que: *“me utilizo várias concepções pedagógicas, mas a linha construtivista é a que mais permeia minha prática docente”*. Segundo Oliveira (1997) para Vygotsky: *“o único bom ensino é aquele que se adianta ao seu desenvolvimento”* (pág. 62).

Os alunos evidenciaram que a construção do seu conhecimento se baseia em estímulos externos. O aluno J diz que aprende: *“ouvindo a professora e prestando atenção no dever”*. Entretanto, alguns dos alunos nem se dão conta do seu processo de construção do conhecimento. A aluna F ao ser questionada sobre o processo de construção de seu aprendizado responde: *“não sei”*. O aluno I relata que aprende: *“lenno e escrevendo”*.

Atesta-se que o processo de construção de conhecimento não depende apenas do professor, mas também da efetiva participação do aluno. Ficou confirmado que apesar dos esforços da professora, nem sempre é a aprendizagem significativa do aluno alcançada em sala de aula.

Categoria: Mediação.

Na categoria mediação, na análise documental, consta no PPP que: *“A escola busca propiciar a formação integral do aluno possibilitando-lhe oportunidade de conviver em um ambiente democrático, exercitando a prática de direitos e deveres com o intuito de assimilar valores no seu dia, praticando atitudes de cooperação, solidariedade e respeito pelo outro, e pelo ambiente no qual está inserido”*.

A escola no seu PPP busca mediar a formação do aluno, integrando de maneira pedagógica a aquisição de valores, hábitos, atitudes no ambiente escolar para uma vivência concreta e real no contexto educacional, mediando a aprendizagem. Segundo Oliveira (1997, p. 26) para Vygotsky:

“o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação deixa, então de ser direta e passa ser mediada por esse elemento”

O PPP da escola cita que: *“é o aluno que faz seu percurso de conhecimento, utilizando competências e habilidades que o professor conhece, trabalha e estimula”*.

Para o desenvolvimento educacional do aluno ele constrói seu conhecimento a partir do estímulo e procedimentos que o professor facilita e intermedia para a aquisição da aprendizagem. Vygotsky (1978, p. 33) afirma que:

“caracteriza o uso de signos e instrumentos como atividade mediada, que irá orientar o comportamento humano, na internalização dessas funções mesmo sendo de natureza diversa”.

No Regimento Escolar Art. 29 parágrafo 1º: *“o apoio à aprendizagem tem por finalidade avaliar, atender e acompanhar, de forma interdisciplinar a comunidade escolar, a fim apoiar o processo de ensino e de aprendizagem, de caráter temporário e permanente”*.

Com esta prática o ensino passa a mediado, integrando a aprendizagem de forma a contribuir a formação do aluno com suporte didático educacional. Para Hoffmann (2003, p. 66):

“nesse sentido, uma ação avaliativa mediadora acontece, de fato, entre uma tarefa e outra do estudante à medida em que o professor oportuniza novas vivências, novas leituras, discussões, outros procedimentos que desafiam o estudante a pensar nas respostas construídas”.

Na observação, foi percebida a participação dos alunos no processo de construção de seu conhecimento, buscando maior compreensão dos conteúdos, tirando dúvidas quando necessário através da interação da professora regente. Esta, por sua vez, esteve sempre atenta às necessidades de aprendizagem dos alunos, mediando paralelamente as dificuldades apresentadas. A professora regente mediu o trabalho em sala, favorecendo a aprendizagem dos alunos, motivando-os a construção do conhecimento. Segundo Oliveira (1997, p. 26), para Vygostky:

“mediação é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento”.

O professor exerce, em sua função educacional, o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem; cabendo ao sujeito pesquisar e construir suas próprias estruturas cognitivas, relacionando-as aos conhecimentos cotidianos. O professor, enquanto parceiro mais experiente e responsável pela qualidade das interações pedagógicas, que se constituem

através de mediações que se concretizam em múltiplas formas de construir o conhecimento, se coloca como ‘promotor’ da aprendizagem e do conhecimento, mesmo, sem se dar conta da parceria e desafios que se deve propor aos alunos. Segundo Oliveira (1997, p. 48), para Vygotsky:

“todas as funções psíquicas superiores são processos mediados. O signo mediador é incorporado a sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo”.

O estudo da interação professor e aluno, a partir dos postulados vygotskyanos, esclarece a impossibilidade de dissociar as dimensões de ensino e aprendizagem, desenvolvimento e aprendizagem, afeto e cognição, visto constituírem (de forma dinâmica, complexa e dialética) o desenvolvimento do sistema cognitivo. A construção do conhecimento deve ser partilhada, negociada, ampliada, e até mesmo, transformada no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, é necessário que o professor se disponha a investir num clima de trabalho interativo, permitindo e estimulando a participação efetiva dos alunos: questionando, opinando, discutindo etc. Para Morin (2000, p. 22):

“a educação deve favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral”.

Uma grande dificuldade que foi observada na turma é a indisciplina dos alunos. O comportamento influencia de forma negativa, pois interfere na postura da professora diante da classe, fazendo com que a mesma interrompa a aula e repreenda os alunos para prestarem atenção, tomando assim, tempo e gerando um grande conflito em sala de aula. Para Luckesi (1997, p. 61):

“não será certamente a escolarização sozinha que possibilitará aos cidadãos esses níveis de clareza e entendimento. Porém, ela é um instrumental necessário para se chegar a esse patamar de compreensão e ação”.

Na entrevista, evidenciou-se que a Escola C colabora na mediação entre professor e aluno, subsidiando os educadores com embasamentos teóricos para mediar a construção do conhecimento de seus alunos, através das coordenações coletivas semanais, encontros pedagógicos, na elaboração e execução dos projetos ao longo do ano e o reforço escolar. Para a diretora K, a escola vê o professor e aluno, aluno e aluno da seguinte forma: “podemos dizer

que estamos na direção almejada professores e alunos vivenciam no seu dia-a-dia uma relação de cooperação e respeito às diferenças.” Segundo Oliveira (1997, p. 63) para Vygotsky:

“as representações mentais da realidade exterior são, na verdade, os principais mediadores a serem considerados na relação do homem com o mundo”.

No âmbito escolar, o professor é o mediador do processo de ensino-aprendizagem, ajudando o aluno a construir suas estruturas cognitivas e seus conhecimentos. Para a professora L a mediação em sala de aula acontece da seguinte maneira: *“infiro no erro dos alunos para que eles possam compreender e aprender através dos mesmos. Nossa relação é baseada no diálogo”*.

A professora afirma que a base do seu trabalho com os alunos é o diálogo. Pode-se perceber que realmente existe o diálogo, entretanto, a indisciplina continua, pois esse não possui eficácia na interação professor e aluno.

A aprendizagem é compreendida como um processo dialógico, no qual o aluno participa plenamente através de suas opiniões, hipóteses e reflexões, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais criativo e participativo. Vygotsky coloca que *“o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afetos e emoção”* (LA TAILLE, 1992, p. 76). Caso que não ocorre na turma pesquisada.

A mediação para os alunos é um momento precioso, pois é o momento de maior interação na sala entre o educando e o educador. Para o aluno S, a mediação acontece quando a professora está *“isplicando tim-tim por tim-tim aonde eu erre”*. Já para aluna E, a mediação acontece quando a professora está *“indo em cada mesa”*. E a aluna B acrescenta que ela está *“explicando e ajudando”*.

O professor é o elo entre a criança e os conteúdos programáticos, é ele quem media esse processo de construção, considerando o nível de maturidade do sujeito no período de aquisição de tais conhecimentos. De acordo com Chalita (2001, p. 65):

“a habilidade emocional é o grande pilar da educação, sendo que não é possível desenvolver as habilidades cognitivas e sociais sem trabalhar a emoção. Trabalhar a emoção exige paciência, pois se trata de um processo continuado cujas mudanças não ocorrem de uma hora para outra”.

No processo de intervenção e mediação, a professora L relata como faz para trabalhar os erros evidenciados nos alunos: *“peço para eles analisarem a atividade e pensarem onde podem ter errado. Através de inferências eles chegam às respostas corretas”*. Sobre o

relacionamento da professora e os alunos em sala, e dos alunos com os colegas a professora L relata que: *“a relação professora x aluno é estabelecida através de uma relação dialógica (mas, muitas vezes, os alunos encaram isso como ‘bagunça’). E o relacionamento entre os alunos: eles se ajudam mutuamente na aprendizagem”*. Para LA Taille (1992, p. 95), segundo Wallon: *“a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento”*.

O erro também faz parte da construção da aprendizagem, se trabalhado de forma coerente e coesa; tornando-se instrumento para aperfeiçoar o conhecimento. Sendo o erro um indício que a professora segue e que permeia seu trabalho docente a fim de orientar e incentivar os alunos para aquisição de novos conhecimentos, favorecendo com isso a interação do indivíduo com o meio social.

O aluno M relata que a professora trabalha o erro da seguinte forma: *“ela ensina e se você não entende ela explica o quanto for possível”*. Já o aluno W relata que: *“quando alguém erra ela fala apaga e fasa”*. Para alguns alunos a correção dos erros está relacionada à indisciplina, conversa e irresponsabilidade, como é dito pelo aluno Y: *“gritando por que só assim calam a boca”*. Já a aluna F: *“falando e dando adivertencia”*. Segundo Luckesi (1997, p. 13): *“estudei o erro como um elemento constitutivo da aprendizagem e não como algo que devesse ser recusado, ou, mais que isso, castigado”*.

Ficou caracterizado que a professora não aproveita tanto os erros dos alunos como ponto de partida para atividades em sala de aula. Ela apenas trabalha o erro de maneira individualizada com o aluno que errou, não empregando o mesmo para uma maior exploração em sala de aula.

Categoria: Avaliação.

Segundo o PPP: *“a avaliação visa a aprendizagem do aluno de forma constante e contínua onde os aspectos qualitativos merecem maior atenção sob os aspectos quantitativos, pois o conhecimento deve ser explorado, estimulado, concretizado de forma útil à vida dos alunos”*.

Para a escola pesquisada, a avaliação é um processo constante que ocorre de acordo com o aprendizado do aluno, devendo ser sistematizado diante do desenvolvimento escolar, tendo maior significado na qualidade do que na quantidade. Para Zabala (1998, p. 195):

“a avaliação é considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos”.

De acordo com o PPP da escola: *“a avaliação ocorrerá de forma processual, englobando aspectos cognitivos, atitudinal e auto-avaliativo do educando”*.

A avaliação, de acordo com a citação acima, ocorre de forma constante, abrangendo a compreensão do aluno e a maneira que se avalia neste contexto. Segundo Hoffmann (2003, p. 20):

“a ação avaliativa abrange justamente a compreensão do processo de cognição. Porque o que interessa fundamentalmente ao educador é dinamizar oportunidade de refletir sobre o mundo e de um maior número de verdades, numa espiral necessário de formulação e reformulação de hipóteses (abstração reflexiva)”.

No PPP: *“a escola promoverá meios de avaliação de todos os segmentos da comunidade escolar, de forma constante e diversificada”*.

Em uma abordagem que contempla a necessidade de ter como avaliar todos os membros da comunidade escolar de maneira constante e variada. De acordo com Mendez (2002, p. 63):

“a avaliação torna-se um ponto de colocação em prática do no desenvolvimento do docente em seu exercício profissional. Em cada atividade de avaliação, é o saber posto em jogo como conhecimento (formação científica básica) e o saber fazer como projeção prática (formação didática) para tomar decisões justas e agir inteligentemente a favor do que aprende”.

De acordo com o PPP: *“o professor tem papel fundamental na melhoria no sistema de avaliação da aprendizagem, ele como estimulador e mediador do conhecimento em seus alunos, pode proporcionar-lhes também o encorajamento a autocrítica, a avaliação de si e do outro, com vistas a mudanças nos processos avaliativos. Não existe uma receita ou forma hegemônica e infalível de avaliar, cabe a cada instituição construir uma cultura de avaliação, não com caráter punitivo e de inquisição, mas sim, benéfica, crítica e consciente da importância de seu papel nas transformações necessárias ao contexto educacional”*.

O direcionamento da prática avaliativa está voltado para uma nova concepção de avaliação, de forma a propiciar uma concepção crítica, consciente de se avaliar, de estimular, incentivar e mediar a construção do conhecimento por parte do aluno integrado às mudanças no processo de ensino-aprendizagem. Sendo necessário conhecer e poder avaliar a intervenção de forma que contemplem os processos de aprendizagem através de uma ação avaliadora diagnóstica.

Segundo o Regimento escolar, em seu Art. 30, inciso I: “*identificar por meio da avaliação psicopedagógica, as necessidades educacionais dos alunos*”. Estar atento as reais necessidades dos alunos, através da pratica avaliativa, buscando favorecer a aprendizagem de acordo com a assimilação dos alunos. De acordo com Luckesi (1997, p. 84):

“a avaliação diagnóstica pressupõe que os dados coletados por meio dos instrumentos sejam lidos com rigor científico tendo por objetivo não a aprovação ou reprovação dos alunos, mas uma compreensão adequada do processo do aluno, de tal forma que ele possa avançar no seu processo de crescimento”.

Na observação, foi constatado que a professora regente utiliza de vários instrumentos para avaliar os alunos. Num momento, foi proposta uma atividade matemática, na qual a turma foi participando e a professora foi avaliando de acordo com o envolvimento dos alunos. De maneira que os alunos foram avaliados pela participação, interesse e exercícios. Para Haydt (1998, p. 287):

“nessa perspectiva, a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, e o professor a aperfeiçoar sua prática pedagógica”.

É necessário, que se conheça a forma com a qual o educador irá realizar a intervenção, passando pelos indivíduos e depois pelos grupos, cuja avaliação favoreça a prática educativa, na mesma medida que possibilita o educador avaliar seu aluno e a sua própria prática pedagógica simultaneamente.

A avaliação, num contexto escolar, existe para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno, com função de possibilitar uma qualificação na construção do conhecimento do educando, tornando-se assim um ponto de replanejamento e conhecimento para o docente.

Em aspecto negativo, foi constatada a reação de repúdio dos alunos diante da decisão da professora de realizar um teste surpresa. Os alunos questionaram o motivo de serem avaliados de surpresa na extensão dos conteúdos foram estudados. A postura dos alunos diante desta situação leva-nos a perceber que o teste ficou entendido por eles como punição por não serem comprometidos com a aprendizagem escolar. Segundo Luckesi (1997, p. 37):

“a gana conservadora da sociedade permite que se faça da avaliação um instrumento nas mãos de professor autoritário para hostilizar os alunos exigindo-lhes condutas irrelevantes. Por ser autoridade, assume a postura de poder exigir a conduta que quiser, quaisquer que sejam”.

No entanto, ficou constatado que a professora se utilizou da avaliação como método de punição apenas para verificação da aprendizagem.

Na entrevista, a diretora K evidenciou que o processo avaliativo da escola é *“amplo e variável para que possa permitir ver o alunado como um todo, respeitando-se o conhecimento vivencial já adquirido e de maneira processual ao longo do período”*. Segundo Libâneo (1991, p. 195): *“avaliar é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino-aprendizagem”*.

A avaliação é um instrumento de diagnóstico e replanejamento, mas a diretora K diz que: *“ainda se percebe uma grande limitação quanto ao modo de se avaliar. Ainda há resistência por parte do corpo docente e discente quanto às variáveis dentro do processo avaliativo. A escola tem tentado inferir, trazendo este tema para os encontros pedagógicos.”* Ela ainda afirmou que alguns professores já trabalham a avaliação contínua de processo formativo através de *“port-fólio, agenda, anotações diárias, teste da psicogênese etc.”*. Para Haydt (1997, p. 23):

“a avaliação com função diagnóstica permite determinar a presença ou a ausência dos pré requisitos necessários para que as novas aprendizagens possam efetivar-se”.

A avaliação contribui no trabalho pedagógico, e a professora L afirma que: *“a avaliação não é apenas prova; a cada minuto o aluno está sendo avaliado e isso me dá embasamento para promover aulas centradas nas maiores dificuldades dos alunos”*.

Dessa forma, a professora utiliza a avaliação como base para um replanejamento, ela ainda diz que: *“minha avaliação é constante e contínua, só acho trabalhoso nas anotações que faço diariamente relatando cada avanço e dificuldade dos alunos. Gosto de avaliar desta forma, olhando cada atividade, isso me proporciona um conhecimento melhor de cada aluno”*.

A avaliação subsidia o professor com elementos para reflexão contínua sobre a sua prática. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas e reorganização de investimentos no processo de ensino-aprendizagem. Mas ainda há resistência por parte dos alunos no que diz respeito à avaliação, pois eles se sentem nervosos ao serem avaliados, o aluno A diz que na hora da avaliação fica *“com medo de errar”*. Eles demonstram mais interesse de serem avaliados por meio de leituras, trabalhos e comportamentos. Segundo Zabala (1998, p. 15):

“o professor que modifica algum aspecto de sua prática docente como resposta a algum problema prático, depois de comprovar sua eficácia para resolvê-lo. Através da avaliação, a compreensão inicial do professor se transforma. Portanto, a decisão de adotar uma estratégia de mudança precede o desenvolvimento da compreensão. A ação inicia a reflexão”.

Sendo necessário rever todo o processo e as pessoas nele envolvidas, não avaliando somente pela quantidade de informações adquiridas, mas também pela capacidade de produzir conhecimento. Quando se trata de avaliação, o aluno não se sente à vontade com relação ao tema. Segundo o aluno G, ao ser avaliado ele se sente “*triste*”. Já a aluna E diz que: “*se senti isquezito*”. A aluna R evidencia a forma como é avaliada: “*sendo observada*”. E o aluno H ao ser questionado se conhece todo o processo de avaliação responde: “*não por gue não e a gente gue fas e a professora gue fas*. Segundo Hoffmann (2004, p. 96):

“uma mudança na avaliação dos processos de aprendizagem exige uma concepção de aluno como um ser crítico, criativo e participativo, com autonomia e capacidade de tomar decisões”.

A avaliação tem a função de diagnosticar os avanços cognitivos dos alunos e não ser é um processo de punição e autoritarismo.

RESULTADOS

Categoria: Aprendizagem Significativa.

Na categoria Aprendizagem Significativa, salientou-se que a escola C trabalha de forma a propiciar ao aluno uma construção de conhecimento de forma significativa baseada nos sentidos e troca de experiências. Segundo Coll (1994, p. 150):

“a construção de significados implica igualmente numa acomodação, numa diversificação, num enriquecimento, numa interconexão dos esquemas prévios”.

Desse modo, a escola e o professor devem oferecer um espaço amplo e dinâmico para facilitar a construção do conhecimento por parte do aluno, não de maneira arbitrária, mas de forma favorável para que cada momento da escolaridade seja o mais significativo possível.

A escola procura viabilizar através das suas ações pedagógicas atividades para o melhor rendimento e desempenho dos alunos. No momento em que a professora se mostra atenta às necessidades dos alunos e facilita a assimilação e a construção do conhecimento, ela

cria um ambiente favorável para a aprendizagem significativa. Segundo Hoffmann (2004, p. 9):

“refletir também sobre a natureza do planejamento, da relação ensino e aprendizagem e do processo avaliativo nos impõe uma aproximação com as novas produções teóricas que alimentam o paradigma das aprendizagens significativas”.

Percebeu-se ainda, que em alguns momentos a escola fez uso do tradicionalismo para transmitir os conteúdos aos alunos.

Categoria: Mediação.

Na categoria Mediação, demonstrou-se que tanto a escola, quanto a professora regente aplicam a mediação para facilitar a construção do conhecimento por parte dos alunos. Segundo Oliveira (1997, p. 63) para Vygotsky:

“as representações mentais da realidade exterior são, na verdade, os principais mediadores a serem considerados na relação do homem com o mundo”.

Mas percebe-se que, muitas das vezes, os professores da escola pesquisada se dispunham a investir num clima de trabalho interativo, permitindo e estimulando a participação efetiva dos alunos: questionando, opinando, discutindo, entre outros. Quando professores e alunos trabalham os conteúdos, interagindo continuamente em torno do conhecimento, abrem-se novas possibilidades para um processo de ensino-aprendizagem mais produtivo. Mas quando na sala de aula, o clima é pouco estimulante, por exemplo, como ocorreu durante o período da observação, por parte do professor, as oportunidades de ricas trocas de experiências em níveis de assimetria e simetria (professor-aluno-aluno), tornam-se limitadas. Segundo Morin(1999, p. 110):

“a aprendizagem por sua vez, está associada à inteligência e ao pensamento; à concepção, à reflexão e à consciência; à curiosidade, à motivação, ao interesse, à atenção”.

Na interação professor-aluno, a escola mostrou sua preocupação e o valor dessa relação para o desempenho escolar, já que a tarefa de ensinar e aprender baseia-se fundamentalmente na boa relação dos membros inseridos neste processo.

O aluno precisa contar com alguém sensível para percebê-lo nos diferentes momentos do processo educativo, para aprender e responder-lhe de forma a ajudá-lo a evoluir nesse processo, construindo novos conhecimentos, habilidades e significados.

A professora demonstrou grande interesse em exercer esse papel de facilitadora e mediadora do conhecimento para com seus alunos, havendo uma integração na assimilação e construção do conhecimento. As expectativas de ambos são colocadas de maneira singular, enfatizando o comprometimento mútuo dessa necessidade social da convivência, o comportamento da professora e dos alunos forma uma rede de interações, envolvendo comunicação e complementação de papéis.

Na fala da professora, o diálogo entre ela e seus alunos acontece, mas o que foi observado na realidade, e o que percebe-se é a grande indisciplina na turma prejudicando assim a mediação e demonstrando a contradição entre a fala da professora e a prática observada.

Categoria: Avaliação.

Na categoria Avaliação, na escola C, foi enfatizada a importância do processo avaliativo no desenvolvimento educacional do aluno, como é processada e de que maneira interfere na aprendizagem dos alunos. A avaliação como processo integrante da relação ensino-aprendizagem requer de quem está envolvido com ela uma dedicação enorme, além do conhecimento de estratégias que orientem o trabalho cotidiano. A professora L busca orientar seu trabalho, permitindo aos alunos detectar os seus pontos fracos para que possam posteriormente com seus erros compreender que este objeto de conhecimento complexo deve ser considerado pelo professor como uma possibilidade rica de intervenção. Para Hoffmann (1994, p. 67):

“uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa na reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando idéias, reorganizando-as”.

A professora buscou usar uma ação avaliativa que considere a mediação; envolvendo um complexo de processos educativos a serem desenvolvidos a partir da análise de hipóteses formuladas pelo aluno, para que suas ações e manifestações visem essencialmente o entendimento. Segundo Perrenoud (1999, p. 53):

“analisar a pragmática da avaliação, é primeiramente, considerar ações e decisões que ela fundamenta de imediato e que atingem pessoas bem definidas. Sobre esse ponto deve-se evidentemente distinguir as situações: a pragmática da avaliação contínua durante o ano escolar remete, de início, ao andamento da aula, à progressão no programa, à manutenção da ordem, às vezes `as individualização das aprendizagens ou a certas ações de remediação”.

Percebeu-se que a professora ora trata a avaliação como hierarquia de excelência, ora não. Além de se apropriar da avaliação como instrumento classificatório e punitivo, utilizando processos avaliativos que pouco contribuem para o processo de construção da aprendizagem do aluno, percebe-se que há pequenos índices de mudança na sua postura docente, pois a mesma procura apropriar-se de uma avaliação mediadora processual, buscando novos caminhos, se desvinculando da avaliação feita apenas por provas, proporcionando novos desafios e novas maneiras de avaliar, como: trabalhos participativos, debates e fóruns com os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação permeia todo acesso de informações que possibilitam o desenvolvimento humano, promovendo a construção do conhecimento e do pensamento, desenvolvendo no indivíduo suas capacidades intelectuais, habilidades e competências. Uma aprendizagem só é significativa quando a mesma passa a ser entendida como construção de conhecimentos, tendo em vista o desenvolvimento e a formação do cidadão. De acordo com Hoffmann (2004, p. 81):

“os procedimentos didáticos criam oportunidades para que os diferentes percursos de aprendizagem, que se entrecruzam no cotidiano escolar, se explicitem, evidenciando a sala de aula como um espaço constituído pela heterogeneidade”.

Sendo de grande importância a maneira como é mediada a construção do saber, cabendo ao educador ser o elo facilitador desse processo de ensino-aprendizagem em que o aluno está inserido. Neste contexto, a avaliação está centrada na aprendizagem do aluno, diagnosticando o que ele aprende e a qualidade do seu aprendizado. Segundo Haydt (1995, p. 26):

“a avaliação deve ser um instrumento para estimular o interesse e motivar o aluno para maior esforço e aproveitamento, e não uma arma de tortura ou punição”.

O tema da pesquisa foi gerado diante da necessidade de demonstrar aspectos positivos e negativos da avaliação escolar num contexto social, evidenciando a avaliação não como castigo, mas como ponto de replanejamento e reflexão para o educador, a fim de propiciar instrumentos que venham contemplar a real necessidade do aluno.

A avaliação da aprendizagem tem relação intrínseca com o contexto do cotidiano escolar e a construção dos saberes. Dessa forma, buscamos conhecer como a avaliação é concebida no âmbito educacional: se de maneira classificatória, restringindo-se a medir a quantidade de informações retidas pelo aluno, servindo como controle e autoritarismo e como julgamento de resultados; ou como diagnóstico, conhecendo o desenvolvimento integral dos alunos, servindo como ponto de replanejamento para o educador. Zabala (1998, p. 210) afirma que:

”difícilmente podemos conceber a avaliação como formativa se não nos desfazemos de algumas maneiras de fazer que impedem mudar as relações entre os alunos e os professores. Conseguir um clima de respeito mútuo, de colaboração, de

compromisso com um objetivo comum é condição indispensável para que a atuação docente possa se adequar às necessidades de uma formação que leve em conta as possibilidades reais de cada menino e menina e o desenvolvimento de todas as capacidades”.

Buscou-se viabilizar critérios que possibilitassem compreender a função e as formas da avaliação utilizadas pelo educador como instrumento de conhecimento das necessidades educacionais do aluno, viabilizando o processo de aprendizagem através da relação professor e aluno, destacando dessa forma aspectos relevantes como ponto de replanejamento, transformando a avaliação em um processo contínuo.

Por meio da pesquisa, tornou-se possível ressaltar os objetivos propostos de compreender a função e as formas da avaliação utilizadas pela educadora no âmbito pedagógico, como instrumento de conhecimento das necessidades educacionais dos alunos, auxiliando-os na construção dos seus saberes, estes tiveram seus méritos alcançados, na medida em que educadora contemplou e verificou o que foi proposto. Conseguiu-se compreender como acontece a prática avaliativa e quais os mecanismos utilizados pela equipe docente, numa abordagem contemplada pelos objetivos deste trabalho.

A categoria aprendizagem significativa usada como ponto de enriquecimento e diversificação, facilitando a construção do conhecimento por parte do aluno, permitindo compreender que a aprendizagem acontece no momento exato em que promove sentido e significado para o educando, tornando seu aprendizado facilitado com valor e sentido real na assimilação dos conhecimentos. Para Zabala (1998, p. 213): *“mas ao longo do ensino nossa obrigação profissional consiste em incentivar, animar e potencializar a auto-estima, estimular a aprender cada dia mais”*.

Na escola pesquisada, a aprendizagem ocorreu ora de maneira significativa, ora de maneira tradicional. Perceberam-se momentos em que o aluno obteve espaço para construir seu conhecimento, mas houve também momentos onde o aluno apenas reproduziu aquilo que lhe foi repassado pelo professor. Pôde-se perceber que a prática docente vigente na escola C ainda contempla o tradicionalismo, visto que os exercícios de memorização e repetição de exemplos são muito utilizados no contexto escolar. Segundo Perrenoud (1999, p. 14).

“a escola conformou-se com as desigualdades de êxitos por tanto tempo quanto elas pareciam ‘na ordem das coisas’ [assim] a escola ensinava e, se tivesse vontade e meios intelectuais, os alunos aprendiam”

A aprendizagem significativa acontece de forma fragmentada, desvalorizando o contexto em que o aluno está inserido mecanizando o ensino e o processo de construção do conhecimento.

Para despertar o interesse dos alunos, precisamos desenvolver no cotidiano escolar uma atitude permanente de preocupação com a eficiência de sua aprendizagem escolar, transformando o espaço educativo num ambiente de superação dos desafios pedagógicos que dinamizam e dão significado à aprendizagem, com esta passando a ser compreendida como construção de conhecimentos e desenvolvimento de competências. A prática docente vigente na Escola “C” utiliza tanto a aprendizagem significativa, quanto a mecanizada.

Na categoria mediação, onde o professor é o mediador do processo de ensino-aprendizagem, dá-se lugar ao aluno para construir e adquirir suas próprias estruturas cognitivas dentro do contexto no qual está inserido, podendo-se trabalhar a interação social, mediada pela afetividade, dando sustentação ao papel da socialização; então, conclui-se que o papel exercido pelo educador é de fundamental importância para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Na escola, pesquisada verificamos que a prática não condiz com a teoria, pois a professora L na entrevista relata que a mediação acontece no dia-a-dia da sala de aula; todavia, pela observação provou-se uma contradição na postura da mesma, pois não ocorria de fato a mediação. Para La Taille (1992, p. 65):

“quando se trata de analisar o domínio dos afetos, nada parece haver de muito misterioso a afetividade é comumente interpretada como uma ‘energia’, portanto como algo que impulsiona as ações”.

Na Escola “C”, a avaliação ocorre de maneira falha, pois, em variadas situações o professor utiliza apenas seu autoritarismo, deixando de ser um instrumento de mediação, transformando-se em detentor do saber. Somente em alguns momentos do trabalho pedagógico, o docente coloca-se na posição de mediador e auxiliador do processo de construção do conhecimento do aluno. Detectou-se também que existe, por parte dos educadores, uma preocupação de posicionamento dos mesmos como mediadores e não apenas transmissores de conteúdos. A mediação acontece em sala de aula apesar da indisciplina de alguns alunos interferindo no processo de aprendizagem significativa.

A categoria avaliação é um processo formativo e contínuo no cotidiano escolar do indivíduo, servindo também como instrumento facilitador e conhecedor para que o educador possa ter uma atitude apropriada que motive mudanças de pensamentos e sirva como parâmetros de replanejamento na sua prática docente.

A avaliação na Escola “C” não acontece de maneira contínua, sendo ainda usado pelos educadores o sistema de provas e notas de forma classificatória. Verificou-se, então, que a avaliação aplicada pela professora não é uma avaliação mediadora e contínua, já que ela

serve-se do método classificatório, não considerando seus educandos sujeitos ativos, críticos e criativos do processo ensino-avaliação-aprendizagem, a concepção avaliativa parte da premissa diagnóstica, formativa e somativa. Para Zabala (1998, p. 200):

“essa abordagem avaliativa entende que a [sua] finalidade (...) é ser um instrumento educativo que informa e faz uma valorização do processo de aprendizagem seguido pelo aluno, como o objetivo de lhe oportunizar, em todo momento, as propostas educacionais mais adequadas”.

A escola pesquisada ainda faz uso apenas de provas, testes e notas, passando a salientar a avaliação como método de seleção entre aqueles que assimilaram e aqueles que não alcançaram os objetivos propostos, sem se preocupar com as capacidades e potencialidades que ainda podem ser desenvolvidas nos alunos, transformando assim o professor em julgador dos aptos e inaptos. Para Valadares (1998, p. 67):

“a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação não permite ver o aluno sob todos os ângulos e pode induzir no professor juízos incorretos acerca do aluno”.

Ao início deste trabalho, buscou-se comprovar se a ação avaliativa possuía efetivamente um caminhar mediador que propiciasse ao educador potencializar o processo de ensino-aprendizagem com significados para o educando. As hipóteses levantadas para realização desta pesquisa foram totalmente contempladas, pois através do mesmo pôde-se verificar que a prática pedagógica é permeada por um caminhar mediador e outro tradicional, que ainda vigora nas instituições escolares, levando assim, a uma maior compreensão da importância do trabalho docente mediador, visando uma aprendizagem significativa que favoreça ao educando condições favoráveis que auxiliem o seu desenvolvimento sócio-educativo.

A avaliação deve ser um processo abrangente, implicando numa reflexão crítica sobre a prática pedagógica no sentido de identificar dificuldades, avanços e resistências. Seu uso adequado possibilita o redirecionamento da prática à decisão sobre o que fazer para superar obstáculos. Segundo Perrenoud (1999, p. 19):

“o êxito e o fracasso são realidades socialmente construídas, tanto em sua definição global quanto na atribuição de um valor a cada aluno, em diversas fases da trajetória escolar, através das práticas de avaliação que seguem, por um lado, procedimentos e escalas instituídas e, por outro, dependem, quanto ao restante, da arbitrariedade do professor ou do estabelecimento”.

Concluímos a partir dos resultados que a professora ainda utiliza a avaliação somativa, mas também tem outras estratégias de avaliar facilitando a construção do conhecimento do aluno.

Por meio da pesquisa realizada, evidenciou-se que a mediação não acontece de fato, pois existe uma falha no diálogo e na negociação entre professor e aluno, não proporcionando assim uma aprendizagem significativa.

Recomenda-se que a instituição de ensino pesquisada utilize sempre a avaliação diagnóstica, formativa e somativa como ponto de partida para o processo mediador, cuja finalidade centra-se na aprendizagem significativa de seus educandos. Desconsiderando aquela avaliação estanque, punitiva e classificatória, voltando-se a uma avaliação que contemple todo o contexto no qual a criança está inserida, permeando assim as suas capacidades, habilidades e potencialidades favorecedoras da aquisição e construção do conhecimento.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALVAREZ, Méndez. *Avaliar para conhecer, examinar para excluir*. Porto Alegre. Artmed. 2002.
- ANDRÉ, Marli e orgs. *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 3ª edição. Papirus. 2001. Campinas – SP
- ARAUJO, Ulisses F. *A construção de escolas democráticas*. Moderna. São Paulo. 2002
- CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. Gente. 6º ed. São Paulo. 2001
- COLL, Cesar S. *Aprendizagem escolar e construção do conhecimento*. Artes Medicas. Porto Alegre. 1994.
- _____. *O construtivismo na sala de aula*. Ática. São Paulo. 2003.
- CURY, Augusto. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Sextante. Rio de Janeiro. 2003.
- ESTEBAN, Maria Teresa. *O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar*. 3ªed. Rio de Janeiro. 2002
- FALCÃO, Gerson Marinho. *Psicologia da aprendizagem*. Ática. 10º edição. São Paulo, SP. 2002
- FILHO, Geraldo Francisco, (2001). *A Educação Brasileira no Contexto Histórico*. Campinas, SP: Alínea.
- _____. *Panorâmica das tendências e práticas pedagógicas*. Átomo. Campinas. 2004.
- GADOTTI, Moacir. *Historia das idéias pedagógicas*. Ática. São Paulo. 2002.
- _____. *Pedagogia: dialogo e conflito*. Cortez. São Paulo. 1985
- GHIRALDELLI JR., PAULO (2003). *Filosofia da Educação Brasileira*. São Paulo: Manole
- HOFFMANN, Jussara, e outros. *Praticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo*. Mediação. Porto Alegre. 2003
- _____. *Avaliação mediadora*. Porto alegre. Mediação. 2003.
- _____. (2003). *Pontos e Contrapontos – do pensar ao agir avaliação*. Porto Alegre: Mediação.
- HOFMANN, Jussara. *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Mediação. Porto Alegre. 2003.

LA TAILLE, Yves e outros. *Piaget, Vygostky, Wallon. Teorias psicogenéticas em discussão*. Summus. São Paulo. 1992

LIBANEO, Jose Carlos. *Didática* 1991. Cortez editora São Paulo SP.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 6ªed. São Paulo. Cortez. 1997.

MENDEZ, Juan Manuel Alvarez. *Avaliar para conhecer. Examinar para excluir*. Artmed. Porto Alegre. 2002

MODULO 03. UniCEUB – *Aprendendo a aprender* 2003.

MOREIRA, Antonio Flavio e outros. *Currículo, cultura e sociedade*. 5º ed. Cortez. São Paulo. 1994.

_____ e SILVA, Tomás Tadeu da. *Currículo, Cultura e sociedade*. 5ª edição. São Paulo – SP, Cortez, 2001.

MOREIRA, Marco A. *Aprendizagem significativa. A teoria de David Ausubel*. Centauro. São Paulo. 2001

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl. *Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio histórico*. Scipione. 4º ed. São Paulo 2003.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre. Artes Medicas. 1999.

RAGAN, Willian B. *Curriculo primario moderno*. Globo. Porto Alegre. 1975.

SACRISTÁN, J. Gimeno e A.I. Pérez Gómez. *Compreender e transformar o ensino*. 4ª ed. Artmed. 1998.

_____. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ª edição. Artmed. Porto Alegre. 2000.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico – critica, primeiras aproximações*. Autores associados. Campinas. 1997.

SILVA, Tomás Tadeu da / MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.) *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*.Petrópolis, RJ. Vozes 1995.

SPERB, Dalilla C. e outros. *Currículos educacionais: uma metodologia de planejamento*. 2º ed. Brasília. 1980.

TEIXEIRA, Anisio (1999). *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro:UFRJ

VALADARES, J.; GRAÇA, M. *Avaliando para melhorar a aprendizagem*. Lisboa. Técnica.

ZABALA, Antoni (1998). *A pratica Educativa*. Porto Alegre: Artmed

_____. *A prática Educativa: como ensinar*; Porto Alegre Artmed. 1998.

APENDICES

**APENDICE A: ROTEIRO DE ANALISE
DOCUMENTAL**

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

- verificar a concepção pedagógica contemplada pelo Projeto Político Pedagógico da escola;
- analisar como os documentos escolares tratam a relação professor x aluno e a relação aluno x aluno;
- identificar como os documentos processam a construção do conhecimento do aluno;
- conhecer quais os instrumentos especificados nos documentos para a avaliação dos alunos;
- verificar qual embasamento teórico é utilizado pela escola no processo de mediação;
- observar se o Projeto Político Pedagógico visa a participação do aluno no processo de construção do conhecimento;

APENDICE B: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- verificar que concepção pedagógica é seguida pela escola e professor;
- analisar na escola como acontece a relação professor x aluno e a relação aluno x aluno;
- como é processado na escola a aprendizagem do aluno;
- conhecer e identificar quais os instrumentos utilizados pelo professor para avaliar os alunos;
- verificar e compreender como a avaliação acontece em sala de aula;
- verificar se o professor utiliza a mediação em sala de aula;
- analisar e compreender se a forma utilizada pelo professor para avaliar tem favorecido a construção do conhecimento dos alunos;
- observar como o aluno participa do processo de construção do seu conhecimento;
- identificar como o aluno percebe que está sendo avaliado e qual a importância desse processo para o mesmo.
- Verificar como o professor os erros em sala de aula e como o aluno procede na interação desta aprendizagem;
- Identificar se os alunos são avaliados diariamente, e se os mesmos tem conhecimento desta avaliação;

APENDICE C: ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM DIRETOR

1) Qual a importância do Projeto Político Pedagógico para nortear a concepção pedagógica da escola? Qual sua concepção pedagógica?

2) A escola oferece mecanismos facilitadores para a construção do conhecimento de seus alunos? Quais?

3) Como a escola colabora na mediação com o professor e o aluno favorecendo a construção do conhecimento?

4) De que forma a escola avalia a relação professor e aluno? E aluno e aluno?

5) Como é realizado o processo avaliativo dentro da escola?

6) Como a escola percebe o processo de avaliação nas salas de aula? Que contribuição é oferecida pela escola no processo de avaliação para o professor? E o aluno?

7) Os professores trabalham com a avaliação contínua de processo formativo? De que maneira?

ENTREVISTA COM PROFESSOR REGENTE

1) Qual a concepção pedagógica?

2) Acontece a mediação em sua prática docente? De que maneira?

3) Como é a relação professor e aluno em sua sala de aula? E aluno e aluno?

4) Quais os instrumentos utilizados no processo de avaliação de seus alunos?

5) Que contribuições à avaliação tem trazido para o seu trabalho pedagógico em sala de aula?

6) Que dificuldades você encontra no processo avaliativo? A sua avaliação é contínua? Como você gostaria de poder avaliar seus alunos? Por que?

7) Através da avaliação ocorre um replanejamento pedagógico voltado para as dificuldades dos alunos? De que maneira?

8) Como você trabalha os erros com seus alunos?

9) Os seus alunos tem conhecimento de todo o processo avaliativo?

10) Como ocorre o processo de construção do conhecimento de seus alunos em sala de aula?

ENTREVISTA COM ALUNOS

1) Qual a importância da escola para você? Você gosta da escola? O que não na escola?

2) Como você se sente em sala de aula?

3) Como é o seu relacionamento com o professor? E com os seus colegas?

4) De que maneira você aprende em sala de aula? Como você constrói seu conhecimento?

5) Como a professora trabalha com os erros dos alunos em sala de aula?

6) De que forma você é avaliado em sala de aula? Você conhece todo o processo de avaliação que a professora irá utilizar?

7) Como você se sente ao ser avaliado? De qual forma de avaliação você mais gosta?

8) De que maneira você gostaria de ser avaliado?

Anexos

ANEXO I

GLOSSARIO – Palavras utilizadas em pesquisa

GDF – Governo do Distrito Federal

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases